

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação

EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA

TESE DE DOUTORADO

SOLANGE PUNTEL MOSTAFA

ORIENTADORA

PROFA. DRA. CONSTANÇA MARCONDES CÉSAR

SÃO PAULO, S.P.

1985

EPISTEMOLOGIA DA BIBLIOTECONOMIA

Solange Puntel Mostafa



Tese de Doutorado apresentada, como parte das exigências para obtenção do grau de Doutor em Filosofia da Educação, ao Curso de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação da Professora Doutora Constança Marcondes César.

Assinaturas dos Membros da Banca

Data ____ / ____ / ____

Gilda,

Não fiz a tese que você pediu!

Quando nos reencontramos eu já estava num estágio avançado da minha consciência filosófica e não poderia mais me particularizar num discurso científico. Fiz contudo uma reflexão "radical, rigorosa e de conjunto". Não que a ciência não seja radical ou rigorosa. Apenas ela não é de conjunto. Para isso, recuperei a noção de concreto em Marx. Critiquei a noção de verdade em Popper e perdoa... apontei insuficiências em Goffmam, Saracevic e Solla Price. É suicídio. Uma questão de vida ou morte para nossa amizade. Quase um salto mortal. Um verdadeiro teste, bem do jeito que Popper gosta!

Só reuni coragem para fazer o teste porque, conforme aprendi com o próprio Popper, só sobrevivem os mais fortes.

Eu gosto muito de você Gilda e te oferecer esse trabalho é toda a minha alegria.

Prefácio

A professora Dra. Constança Marcondes César, reconhecida autoridade em epistemologia das ciências, não compar tilha inteiramente do referencial metodológico por mim assumido nesse trabalho.

Isso não a impediu de prestar-me sua colaboração. Pelo contrário, a discordância de referencial permitiu-nos momentos férteis de discussão, principalmente em relação a Bachelard, epistemólogo sobre o qual a professora Constança dedica parte de seus estudos.

Longe do tom imobilista que normalmente ocorre no encontro de posições contrárias, nossa relação de orientador-orientando fêz-me chegar em terra firme sem que para isso eu tivesse que desembarcar no seu próprio continente.

A homenagem que presto à professora Constança nesse prefácio de agradecimento tem por isso, também, o sentido de louvor.

SUMÁRIO

Página

APRESENTAÇÃO	1
1. BIBLIOTECONOMIA NO PÊNDULO: CIÊNCIA OU ARTE? ..	5
1.1 O liberalismo científico	15
1.2 O liberalismo profissional	19
2. BIBLIOTECONOMIA ENQUANTO PRÁTICA-SOCIAL	32
2.1 O social da sociedade para se chegar ao social da biblioteconomia	36
2.2 A a-historicidade em Butler e Saracevic	47
2.3 A concretude da difusão de informações	53
2.4 A concretude das informações mesmas	60
2.5 Da precária teorização em biblioteconomia à concepção dialética da educação	67
3. A TEORIA DO CONHECIMENTO EM PLATÃO-ARISTÓTELES, KANT, HEGEL E MARX	76
3.1 O cientificismo como consequência do kantismo (ou da má interpretação de Kant?)	97
3.1.1 Bachelard e Popper	105
4. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO EM BIBLIOTECONOMIA	114
4.1 Posturas epistemológicas da biblioteconomia ..	117
4.2 Descobrindo a autonomia relativa	132
BIBLIOGRAFIA	135

APRESENTAÇÃO

Em 1981 apontei num breve artigo que entitulei "Biblioteconomia e história: uma abordagem dialética", que a Biblioteconomia ao ser colocada quer como arte, quer como ciéncia, abria as portas para realizar o seu projeto de neutralida de científica, pois num e noutro caso ela era retirada da sua condição de trabalho socialmente condicionado. Fiz também nesse artigo algumas considerações sobre uma possível revirada nos métodos da Biblioteconomia e como seria uma visão de ciéncia dentro do materialismo histórico; hoje, relendo esse texto verifico que, embora suscinto ele foi um esforço de reflexão que necessita ser retomado para colocar algumas questões metodológicas para a área como um todo, pois tive nessa ocasião, intenções explícitas de criticar apenas os estudos históricos sobre bibliotecas e/ou Biblioteconomia, dada a caracterização daqueles estudos sempre de cunho factográfico e historicizante. Como agora entendo que a historicidade é uma questão mais ampla, não se esgotando apenas naquilo que explicitamente classificar-se-ia como "estudo histórico", retomo a questão metodológica para a área como um todo, tentando maior aprofundamento.

Como leciono Metodologia da Pesquisa para Bibliotecários no mestrado da PUCCAMP, participei, juntamente com outros professores de metodologia dos outros mestradados em Bibli

teconomia de uma Jornada de Estudos sobre Metodologia em Brasil
lia, onde apresentei uma reflexão sobre a "Produção de Conheci
mento em Biblioteconomia", agora já de uma maneira um pouco
mais abrangente; nessa segunda aproximação às questões metodo
lógicas, apontei o Idealismo a que estava submetida a relação
sujeito-objeto na biblioteconomia: ou têm-se reflexões episte
mológicas sobre o processo de comunicação, onde a bibliotecon
omia é o elo que contribui para maximizar a utilização social
dos registros gráficos para o bem da humanidade, como se a hu
manidade não pudesse viver sem a biblioteconomia, e nesse ca
so, ela é tão mais senhora quanto maior for a consciência
criadora do sujeito que a idealiza, ou têm-se trabalhos tão em
piricamente bem construídos que o sujeito se sente intimidado
de no-los apresentar pois o seu trabalho lhe escapa como algo
estrano. Dizia também que a "atividade prático-sensível" tão
reclamada pelo filósofo não chega a impregnar o sujeito que a
pratica ficando esse alheio ao seu objeto e por ele dominado.

No primeiro projeto de doutorado apresentado à
PUC-SP, vislumbrei um estudo sobre a prática de bibliotecono
mia no Brasil, significando por prática o conjunto das três
instâncias: saber, ensino e prática, embora sem ter muito cla
ro como se faria essa comparação. Percebia naquele momento
que havia um descolamento entre ensino e prática propriamente:
a comparação entre os ensinamentos obtidos no mestrado funda
dos em treinamento intensivo sobre técnicas e tecnologias bi
bliotecárias e o simples desempenho das bibliotecas brasilei
ras já assaltava como problemático.

Tive oportunidade de constatar em pesquisa recen
te que desenvolvemos junto às bibliotecas do Estado de

São Paulo¹ a precariedade e isolamento a que estão submetidos as bibliotecas do ponto de vista da racionalidade interna; dos serviços, inclusive pessoal: a prática não consegue ser autoreflexiva e transformadora; é um mero repetir operacional; as teorias geradas na pós-graduação como poder de mando sobre a prática não conseguem aderir ao fazer; de um lado a prática do senso comum; do outro, a teoria hipostasiada, abstrata e estéril, configurando um quadro de perfeita dicotomia entre teoria e prática. Parto da hipótese que esta dicotomia em grande parte é fruto da forma de constituição do saber, se fazendo positivamente no seu afã de adquirir status e fórum de científicidade; mais precisamente, se antes a biblioteconomia não conseguia ser elemento de hegemonia 'porque seu fazer era irreflexivo', agora, carregada de sistematização científica, ela pende para o outro lado da balança: o scientificismo, o método científico de conhecer.

Minha hipótese é de que nem o fazer-instrumental-rotineiro-operacional nem o fazer-tecnológico-científico cumprem o statuto de científicidade, pois este não se esgota nem no rigor lógico-formal descolado dos problemas e necessidades reais da prática bibliotecária nem pode essa mesma prática ser vista intemporalmente pelos séculos afora indiferentemente às determinações sociais, como faz parecer o seu aspecto de arte.

¹ Solange P.M. et alii. O profissional de nível médio nas bibliotecas do Estado de São Paulo. Campinas, PUCCAMP, 1983. 122p.

Procederei a seguir a uma caracterização desses dois aspectos através do discurso dos teóricos onde essas tendências estão bem claras para em seguida dar conta de limitação dessa polarização. Como essa limitação só será exposta no capítulo 2, a leitura do primeiro capítulo exigirá paciência do leitor da mesma forma que exigi de mim ao redigí-lo. Paciência não só porque 'tem muito do mesmo' mas também porque dei ampla liberdade aos autores de se exporem. Não preocupei-me com o tamanho das citações em nenhum dos capítulos. Com a mesma liberdade expus as minhas idéias. O capítulo 1 não pode ser lido sem o capítulo 2 porque é no segundo que eu interajo com meus convidados.

No capítulo 2 aponto a prática social como o centro de gravidade da prática bibliotecária, o que faz com que a polêmica ciência-arte se revele em toda a sua esterilidade; O capítulo 3 prepara o terreno para analisar a construção do objeto em biblioteconomia, o que faço no capítulo seguinte.

O capítulo 3 na verdade é um entre parenteses no contexto desse trabalho na medida em que fornece embasamento teórico-filosófico para a compreensão das questões centrais do objeto de estudo; no entanto como esse embasamento filosófico é essencial para uma visão de conjunto dos fenômenos bibliotecários, revisti-o de grande importância, num esforço de complementação à formação dos bibliotecários; ademais, foi só depois de ter passado por essa complementação que consegui avançar na compreensão dos fenômenos informacionais.

CAPÍTULO 1

1. A BIBLIOTECONOMIA NO PÊNDULO: CIÊNCIA OU ARTE?

A questão que atormenta as disciplinas sociais em seu projeto de consolidação é o problema da demarcação presente em quase todas as disciplinas de humanidades como consequência da invasão do espírito positivo que permeou, a partir da metade do século 19, todos os ramos do saber. Psicologia, História, Sociologia, Educação, Enfermagem, Medicina e demais práticas não raro se vêem às voltas com a dicotomia Ciência-Arte. Na Biblioteconomia a polêmica é mais flagrante por força do novo nome adotado na década de 60 deste século, o de Ciência da Informação.²

O desenvolvimento de tecnologias de informação propiciou modificações de conceitos e teorias as quais foram também sendo agentes de mudanças naquelas tecnologias, configurando novos espaços de teorias e prática, dando a impressão por

² O Brasil adotou a mesma terminologia americana mas na verdade a década de 60 exibe uma disputa terminológica tanto entre países quanto entre profissionais de áreas paralelas. Cf: Célia R. Zaher. Da documentação à informática. In: Silva B. (ed.), 1974. p.49-64 e Hagar E. Gomes. Ciência da informação ou informática 1980. p.7-8.

vezes que as modificações nos instrumentos de trabalho (teórico e tecnológico) e no próprio objeto estaria configurando uma nova área de estudos.

A delimitação de saberes entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação nada mais é então do que a passagem de um estado normativo baseado no fazer-empírico a outro estágio do saber gerado pelas tecnologias de informação, que tiveram um período incubatório nos anos 30 e 40 para, nas décadas seguintes, despertar como tecnologias consolidadas. A partir de 60 dá-se a oficialização da Ciência da Informação que naturalmente apoiava com seus princípios científicos aquela tecnologia; grande parte do desenvolvimento da ciência da informação nos anos 60 concentrou-se nos processos internos dos sistemas de recuperação da informação³, o que fazia com que o conhecimento gerado fosse imediatamente absorvido por aquela tecnologia. Em nenhuma fase ciência e tecnologia guardavam uma ligação tão intrínseca dentro da área quanto essa fase da nascente ciência da informação.

A década seguinte (70) foi marcada por um "aumento" contínuo no crescimento de pesquisas sobre processos e fenômenos em torno de sistemas de recuperação da informação e sistemas de informação em geral"⁴, o que mostra a proliferação de trabalhos sobre estrutura e dinâmica de literaturas específicas além de aspectos de comunicação. Naturalmente que a

³Tefko S. Educação em ciência da informação, CI. 7(1): 4, 1978.

⁴Idem, p.5-6.

ciência embutida nas tecnologias passam por todos os critérios de demarcação científica mas esses critérios não são de per si o limite de demarcação entre a Biblioteconomia e a Ciência da Informação, como querem fazer crer os teóricos de informação, todos eles sem exceção, postulando os métodos e princípios científicos como a única saída para uma prática reflexiva. Saracevic por exemplo chega mesmo a identificar prática reflexiva com prática científica.⁵

Consulto agora os teóricos e seus conselhos sobre o que seja essa prática científica para em seguida questionar o próprio método científico; isto porque a questão metodológica é central na forma como estou problematizando a ligação teoria e prática.

Começando pelos brasileiros: Farinas⁶ advoga a "necessidade fundamental da existência de princípios filosóficos que norteiem a sua atuação (do bibliotecário) e mesmo a justifiquem"; concordando com um clássico da biblioteconomia americana, a autora reconhece o desligamento do bibliotecário com os problemas teóricos de sua profissão, o que o isola no seu "pragmatismo: uma racionalização de cada processo técnico imediato por si mesmo parece satisfazer seu interesse intelectual;... qualquer empenho em generalizar essas rationalizações dentro de uma filosofia profissional parece-lhe não apenas fú-

⁵ Idem, p.4.

⁶ Vera H.P.F. Sobre biblioteconomia. Rev.B.Brasília, 1(2): 141. 1973.

til mas positivamente perigosa".⁷ Farinas refere-se ao Brasil onde

"a situação se agrava... pois as diretrizes que norteiam o ensino da biblioteconomia muitas vezes se distanciam da realidade; de um lado, encontramos uma orientação tecnicista que descuida da fixação de princípios e estabelecimento de uma teoria científica⁸ que localize a área de estudos bibliotecários dentro do contexto sócio-econômico brasileiro; por outro lado, a preocupação exagerada em dirigir as atividades profissionais mais para o campo das ciências ligadas à cibernetica... entre a tradicional posição do bibliotecário e as tentativas de desenvolvimento da profissão em direção às máquinas e seus produtos permanecem um vázio subjacente, uma defasagem entre a realidade das bibliotecas brasileiras e seu público e a moderna tecnologia aplicada (muito acertadamente em alguns casos) a centros de pesquisa e bibliotecas".⁹

Dos autores nacionais que abordam as questões epistemológicas, Farinas parece ser a que melhor promove a ligação entre teoria e prática, embora fique sempre a dúvida para o leitor sobre o que está sendo entendido por ciência; ao mesmo tempo que a autora fala em princípios filosóficos norteadores para que o bibliotecário especule sobre o que faz, porque faz e para quem faz, criando assim um arcabouço teórico, ela fala também naquilo em que tudo isso desembocaria: na transformação do seu "cotidiano em ciência!"

⁷ Pierce Butler. Apud. Vera H.P.F. p.1-142.

⁸ grifo meu.

⁹ Vera H.P.F. Idem, p.142.

Amorim já assume uma posição nitidamente científica em relação à teoria de que carece o bibliotecário;¹⁰ é de opinião que a passagem de arte à ciência só se fará quando o conhecimento biblioteconômico estiver sistematizado em leis e teorias, tornando-se científico através da relevância explicativa e poder preditivo. Apoiada em metodólogos da pesquisa (Kaplan* e Northrop são exemplo), a autora coloca a previsão, o controle e interpretação como o objetivo da pesquisa científica que compreende três etapas principais: análise do problema, observação dos fatos relevantes e desses à formulação de hipóteses como explicações provisórias dos fatos observados; as teorias serviriam para impôr (grifo meu) ordem, sistematizar e dar sentido às descobertas, integrando leis empíricas num único sistema dedutivo podendo servir para a formulação de leis ulteriores. Segundo os passos de Saracevic, a autora vai, fiel a sua concepção de teoria, concluir que a teoria "forma-se por especulações, dedução, abstração ou generalização de fatos e axiomas, estruturada em proposições formais geradas pelo raciocínio em sucessivas etapas lógicas"¹¹, e termina que "o fundamento teórico é não somente, a base para a rationalização da atividade profissional em casos concretos, como também a característica mais importante duma profissão" (p. 915), o que teria levado Saracevic a afirmar que não há nada

¹⁰ Maria José T.A. Em busca da teoria. In: Congr., 10^a, 1979, v.3, p.914.

*Kaplan além de metodólogo é autor de um texto bastante conhecido em biblioteconomia, onde ele mistura humanismo vocacional, idealismo transcendental em Kant e as matemáticas, todos ingredientes para uma boa biblioteconomia. Cf. Kaplan, A. The age of the symbol, The Library Quarterly, 34 (oct), 1964: 295-304.

¹¹ Idem, p.915.

mais prático do que uma boa teoria. Amorim passa em revista várias posições de alguns cientistas da informação, apresentando ora posições nitidamente popperianas como a de Godélier que não considera o campo como verdadeiramente científico por carecer de "hipóteses básicas, testáveis e falsificáveis, ou seja, de uma abordagem teórica"¹², ora apresentando resultados já consubstanciados na forma de leis e teorias, como as leis bibliométricas, a teoria epidêmica de Goffman; sua posição pessoal é de que a bibliometria e suas leis capacitariam gradualmente o bibliotecário para a sua missão, isto é, ele se tornaria objetivo deixado de lado as meras suposições e os julgamentos subjetivos.

O grupo de Minas¹³ defende a posição do cientifismo, mas não reconhece que a biblioteconomia já possa ser reconhecida como ciência, uma vez que há predomínio do tecnicismo em detrimento da teoria científica; imputam à biblioteconomia "o uso generalizado de conhecimento dedutivo e truismos, ou seja, apoio em tradições e ausências de processo indutivo"; advogam para tanto a "utilização do método científico (observação e experimentação) levantando hipóteses que propiciem a elaboração de leis e teorias [e a] integração dos resultados das pesquisas, através de sua análise, objetivando o estabelecimento de princípios universais."¹⁴

¹² Idem, p.917.

¹³ Ana Maria A. et alii. Algumas considerações acerca da situação epistemológica da biblioteconomia. R.Esc.Bibliotecon.UFMG, Belo Horizonte, 10 (2):153-62, 1981.

¹⁴ Idem, p.161.

Não é de admirar a posição dos teóricos brasileiros, pois ela é a expressão, em larga medida, daquilo que pensam os teóricos americanos.

Em homenagem a um clássico da biblioteconomia americana, Shera, é publicada uma série de trabalhos entitulada "Por uma teoria da biblioteconomia"*, onde vários autores exibem as suas posições. Os trabalhos começam com um texto do Shera que julgo bastante ilustrativo da questão: observe-se como ele coloca o problema da especificidade da área, chamada por ele de quintaessência:

"A primeira responsabilidade de uma profissão, é conhecer-se, o que significa primeiro, conhecer o que é uma profissão; conhecer o tipo da profissão e terceiro, o que a diferencia de outras profissões. Existe em toda profissão um elemento, a quinta-essência, que a distingue das outras atividades humanas e que deriva do conteúdo intelectual da disciplina, da tecnologia de sua prática e das responsabilidades que a sociedade nelas deposita. Pode ser definida em termos de todas ou de uma combinação delas. Mas biblioteconomia tem aceitado por gerações, a responsabilidade social pela custódia dos registros gráficos da humanidade, forjando procedimentos empíricos para a organização e serviços de arquivos e negligindo indiferentemente sobre o direito de sua tecnologia ser qualificada como ciência... A responsabilidade da biblioteconomia, já perturbada pelo estigma do vocacionilismo tecnológico, até a importância crescente dos registros gráficos para a sociedade introduziu novas tecnologias e habilidades derivadas de várias ciências aplicadas... Não há nada errado com essa busca de mais eficiência"

*Trad. de Toward a theory of librarianship.

cia nos aspectos da engenharia* da biblioteconomia. Que os bibliotecários estão, com a ajuda dos engenheiros, desenvolvendo uma tecnologia altamente eficiente, e que a proliferação do conhecimento necessita uma revolução tecnológica é indiscutível. Mas a tecnologia é um meio, não um fim. Sem a teoria para dar-lhe direção e objetivo, a tecnologia permanece inócuo".¹⁵

Raswki faz reverências ao homenageado, tentando precisar o que seria aquela quinta-essência a que Shera se refere, defendendo uma posição comum entre os teóricos da área, a de que é através do processo investigatório que aquela introspecção será possível; a biblioteconomia estaria, segundo Raswki, ainda para dar o primeiro passo em direção à quinta-essência:

"a busca de dados, metodologias e esforços taxinômicos são instrumentalmente envolvidos para fornecer uma base apropriada da investigação. O alvo**, portanto, é a teoria científica, i.e., teoria que embasa explicações dos fatos e seus padrões por meio de um sistema dedutivo, permitindo-nos olhar a realidade real e possível do mundo bibliotecário".¹⁶

Investido da categoria de totalidade, Raswki almeja atingir o real do mundo bibliotecário...

*Trad. de Engineering aspects of.

¹⁵Jesse Shera. Apud. Raswki, C. Toward a theory of... p.41.

**grifo meu.

¹⁶Conrad H. Raswki. Introduction. In: Toward a theory of... p.43.

"a pesquisa assim direcionada, vê a biblioteconomia em sua totalidade, como se fosse uma área de estudos científicos engajando esforços sistemáticos para produzir um corpo de conhecimentos confiáveis em e sobre biblioteconomia... o que envolve conjunturas, hipóteses, leis, teorias e testes".¹⁷

Pena que é sempre a totalidade da teoria científica!

Pode-se dizer que os teóricos da biblioteconomia buscam, via de regra, apoio às suas especulações epistemológicas junto aos clássicos da metodologia científica (Raswki por exemplo, apoia-se em Hempel, Northrop, Kaplan e Pierce entre outros); as teorias para Raswki sistematizam através de conexões lógicas e matemáticas, as relações entre os dados e fatos desconexos da percepção, explicam os dados e depois de confirmação crítica podem ser preditivas; as teorias tentam acentuar a testabilidade e o controle de erros, sendo que esse processo de construção crítica tem importantes consequências levando a construções racionais mais poderosas em termos de identificar os princípios básicos de um assunto ou disciplina.

Já para Nitécki, esse passo pertenceria ao processo investigatório que ele vai considerar como uma das partes do processo de demarcação; defende a tese segundo a qual a biblioteconomia é uma ciência tanto em termos de assunto quanto em termos do método que utiliza; segundo ele, os bibliotecários, como quaisquer outros cientistas, depois de atingir um estágio acumulado de dados, arranja-os e classifica-os dentro de um sistema selecionado; medem relações relevantes entre

¹⁷ Idem, p.

dados obtidos, interpretam suas observações, sempre verificando conclusões teóricas na prática da biblioteca real. O discurso desse autor, sua concepção de conhecimento e de ciência, configura um autêntico comtismo; define conhecimento como "relações conhecidas"; conhecer algo significa conhecer suas relações a outro algo e já que o conceito de ciência é definido tanto em relação ao método usado para formular aquelas relações quanto à unidade/especificidade do fenômeno investigado, direciona sua reflexão sobre a natureza e limites da biblioteconomia, tentando formular uma teoria para a área como um todo. Depois de definir os elementos principais de que trata a biblioteconomia (primitive terms) ou seja, o livro, o usuário e o conhecimento, Nitécki apresenta em analogia à teoria da matrizes algébricas, as várias formas de relacionamento desses três elementos básicos (book, user, knowdedge), de tal forma que, se o interesse for tomar os três termos unificados, uma leitura horizontal na matriz possibilitaria três tipos de abordagens: quantitativa, qualitativa e operativa;* uma leitura vertical desses três termos na matriz possibilitaria uma tomada isolada de qualquer dos termos direcionando o interesse ou só para o estudo dos livros (por exemplo, aquisição e descarrete) ou só para o usuário ou só para a difusão do conhecimento.

*Trad. de procedural, conceptual e contextual.

Voltarei a esse autor no Capítulo 4, pois ele é exemplo claro da passagem/permanência da metafísica ao positivismo.¹⁸

Estou tentando relacionar a polêmica arte-ciência com os contornos das disciplinas Biblioteconomia e Ciência da informação (se houver). Para nós a delimitação de saberes é não só irrelevante como artificial, mas na base dessa diferenciação estão lançadas as bases teóricas de uma contrastando com as bases técnicas de outra, ambas as colocações ahistóricas.

1.1 O Liberalismo Cientificista¹⁹

Ao reconhecer que a Biblioteconomia está sendo absorvida por outra disciplina mais ampla, a Ciência da Informação, Vickery afirma, apoiado em Taylor, que a Ciência da Informação é o estudo operacional, experimental e teórico da interface entre o homem e o conhecimento organizado; reconhece todavia que nem todos os aspectos interessam à Ciência da Informação: instrução acadêmica (especificidade da educação) não

¹⁸ Observe-se o título da revista onde ele publica! J.Z.Nitecki. *Reflections on the nature and limits os library science. Journal of Library History*, 3(2): 103-119, 1968. . Metaphors of librarianship: a suggestion for a metaphysical model. *Journal of Library History*, 14(1): 21-42, 1979.

¹⁹ O sentido de expressão liberalismo estará evidenciada no decorrer da exposição. Tratarei de precisar o liberalismo que adjectivei de "cientificista" e logo mais do próximo capítulo de "profissional". Por ora esclareça-se que é liberal qualquer posição que ignora a divisão social do trabalho como sendo uma divisão histórica, produzida tomando-a como natural.

constitui interesse para a área; o fato também de reconhecer que a Ciência da Informação faz interface com outras disciplinas acadêmicas como neurofisiologia, lingüística, matemática, lógica, psicologia, sociologia, epistemologia, não é de per si razão suficiente para chamá-la uma ciência; reconhece, no entanto, as influências de todas aquelas disciplinas para apoiar as tecnologias de informação mas o que ele quer provar é se a Ciência da Informação, sozinha, tem alguma contribuição à tecnologia da informação, diferente da contribuição da lingüística, lógica e demais ciências. Vickery vai, então, como todos os demais autores até agora garantir a científicidade e/ou especificidade da área através da postulação de sete passos do processo investigatório: formulação do conceito, formulação de proposições relacionais, formulação do sistema postulacional (as teorias) e, por último, o teste das teorias para confirmação ou refutação.²⁰

Alguns teóricos da Ciência da Informação acreditam mesmo que o ponto de corte da nova área não tem nada a ver com a velha identidade, isto é, com a Biblioteconomia; ciência nenhuma pode restringir-se ao seu campo de aplicação, é o que pensa Goffman quando condena a desejada aproximação da Biblioteconomia e mesmo da Ciência da Computação com a sua tão prezada Ciência da Informação:²¹

²⁰ B.C. Vickery. The nature of information science. In: Raswki, Toward a theory of... p.147-51, 1973.

²¹ William G. Information science: discipline or disappearance? ASLIB PROC., 22(12): 590-91, 1970.

"Claramente, o desenvolvimento de uma disciplina genuína que pode chamar-se Ciência da Informação poderia ser altamente benéfica tanto para as bibliotecas quanto para as máquinas computacionais. Mas, por sua própria natureza, tal disciplina não pode ser estritamente associada nem com um nem com outra. A ciência da informação precisa transcender as bibliotecas e os computadores e desenvolver seus princípios independentemente desses ou quaisquer outros sistemas físicos envolvendo a noção de informação e ao mesmo tempo ser aplicável a eles... O objetivo da disciplina Ciência da Informação deve ser o estabelecimento de uma abordagem científica unificada para o estudo dos vários fenômenos envolvendo a noção de informação quer tal fenômeno tal se encontre em processos biológicos, na existência humana ou nas máquinas criadas pelos seres humanos. Conseqüentemente o assunto deve referir-se ao estabelecimento de um conjunto de princípios fundamentais que governem todos os processos de comunicação e seus sistemas de informação associados".

Essa distintividade quanto à especificidade da Ciência da Informação parte naturalmente dos quase-fundadores da "nova área". Nessa mesma linha de pensamento, Saracevic apresenta a Ciência da Informação no seu Introduction to Information Science (1970), obra gigantesca onde compila trabalhos relevantes para a área, como uma "disciplina" de pesquisa relacionada com a ciência mais do que como uma prática ou disciplina tecnológica".²² E propõe a mesma salutar ligação entre teoria e prática:

²² Tefko Saracevic. Introduction to information science. New York. páginas prefaciais XX, 1970.

"Como em muitas outras situações similares, isto não significa nem remotamente que um profissional não possa ser um pesquisador ou vice-versa. Ao contrário, quando a pesquisa e a prática são fundidas num ciclo de retroalimentação, os benefícios são os melhores para ambos. Claramente, ambas as abordagens, básica e aplicada e seus resultados podem ser (e têm sido) usados como a fundamentação para o trabalho prático, bem como para a análise de sistemas e projeção para tomadas de decisão. Na outra direção, os problemas práticos tem sido freqüentemente e deveriam ainda ser a base de investigação da ciência da informação".²³

Portanto, a Ciência da Informação tal como é apresentada por Saracevic "está sendo vista aqui como interessada basicamente em teoria e experimentação, isto é, em aspectos básicos e aplicados mais do que em desenvolvimento e operações. Embora derivada da arte e em grande parte orientada para arte profissional e prática, ciência da informação não é diretamente uma disciplina pragmática". E ainda uma analogia presente em vários autores:

"A relação entre as investigações da Ciência da Informação é similar à relação entre a pesquisa biomédica e a prática da medicina. A ciência da informação não está interessada na tecnologia da informação (hardware ou software per si), nem é o computador, por exemplo, o seu interesse direto; entretanto, a utilização e efeitos da tecnologia, especialmente os computadores, põem um número de interessantes e complexos problemas de pesquisa para os cientistas da informação".

²³ Idem, p.

Uma questão chave presente nesses dois últimos autores (Goffman e Saracevic) abre toda uma outra linha de discussão que permaneceria ociosa se ela não viesse aclarar ainda mais a dicotomia teoria científica e prática profissional. Ao enfatizar o seu aspecto de prática profissional (e dessa posição naturalmente os cientistas da informação não compartilham), a Biblioteconomia enfatiza a finalidade do trabalho, a questão dos fins; ao se colocar como ciência, ela constrói uma teoria do objeto, a exemplo dos esforços que se tem produzido nas últimas décadas para compor o conceito de informação.²⁴

Conservemos esse segundo aspecto que vimos desenvolvendo (o científico) e façamo-lo aproximar com a categoria trabalho apresentada reiteradas vezes na literatura dos bibliotecários como profissão.²⁵

1.2 O Liberalismo Profissional

A clareza de que a ciência, a tecnologia e as humanidades fazem um todo orgânico e que a direção desses momentos é dada pela finalidade do processo de trabalho vem de um

²⁴ Uma revisão exaustiva encontra-se em N.J.Belkin. Information concepts for information science. J.Doc., 34(1): 55-85.

²⁵ Lester Asheim. Librarians as professionals. Library Trends, wint, 1978. p.225-57. Pierce Butler. Librarianship as a profession. The Library Quarterly, 1975, 22(4): 235-47. William J. Goode. The librarians: from occupation to profession? LQ, 1961, (31): 301-18. Melvin Dewey. Apprenticeship of librarians, LJ, 1979, 4(5): 147-8.

humanista. Os humanistas²⁶, a despeito do liberalismo que permeia as suas colocações conseguem maior aprofundamento do que os cientistas de informação quando se trata da aproximação com a quinta-essência da Biblioteconomia.²⁷ Pierce Butler está preocupado com a ilusão científica, considerando totalmente irreal a inferência de que a ciência é a benfeitora da humanidade porque isso disvirtuaria não só o pensamento científico mas o próprio caráter de experiência humana. Segundo ele:

"qualquer formação* geral ou especial é um sistema de idéias, fatos, teorias e opiniões que um povo acumulou e usa na rotina da vida; representa pois o elemento intelectual na sua cultura e consiste na racionalização de sua experiência passada. Qualquer formação para ser completa precisa abraçar o âmbito total da experiência a qual está relacionada... este princípio, no entanto, é constantemente ignorado no pensamento moderno porque nós habitualmente pensamos em formação em termos do seu processo-pesquisa e educação - ao invés de pensar nos termos de sua função cultural"...

O autor está atacando a questão ciência-arte pelo lado da formação cultural, embora sua preocupação se prenda mesmo à formação educacional na escola, pois ele está discutindo a clássica questão da formação humanista versus formação especializada:

²⁶ Humanista é usada aqui no sentido tradicional na sua vertente leiga como é trabalhado o termo em Demerval Saviani, Tendências e correntes da educação brasileira. p.24-7.

²⁷ Compare por exemplo os trabalhos de Goffman e Saracevic com os de Butler e Shera já citados. Cf.: também o clássico Butler en An introduction to library science. Chicago, Un., Press, 1933. 118p.

*Trad. de "scholarship".

"... o homem é um pensador exatamente pela mesma razão que ele é usuário de um instrumento e um ser social - para explorar as possibilidades do seu meio. Assim, a cultura, a rotina dessa exploração dominante em cada período é necessariamente uma integração orgânica social. Em outras palavras, a formação é o conteúdo intelectual da cultura e o seu padrão conforma ao padrão das atividades culturais as quais está relacionada".²⁸

A despeito do liberalismo desse autor²⁹, algumas colocações centrais são bastante significativas, por exemplo, de que toda ação, ou "qualquer ato humano é mais que um reflexo fisiológico e envolve três tomadas de consciência simultâneas: de material, do processo e da finalidade*"; ao citar o exemplo do índio, na sua realização intelectual acumulada por gerações (o corte na pedra, a alimentação) o autor conclui pela:

"complexa e racional familiaridade do material, no processo e da finalidade do índio, cuja formação foi tripla, incluindo uma ciência, uma disciplina humanística... a única unidade real da formação é aquela na qual elementos científicos, tecnológicos e humanísticos são organicamente integrados pela sua relevância a uma rotina cultural específica (grifo meu). Definimos humanidade como o estudo das finalidades, ocorre em qualquer atividade".

²⁸ Pierce Butler. Librarianship as a profession. The LQ, oct. 1951, 22(4): 235-47.

²⁹ Por exemplo, o indeterminismo liberal no exemplo do voto do cidadão americano ou mesmo a crítica ao cientificismo colocada em termos apenas de fato e valor, além dos exemplos sobre o status professional do mineiro de carvão e do médico, status que o autor não questiona, são exemplos da sua postura liberal.

*Trad. de "motive".

E ainda o que ele tem de melhor não fosse o tom funcionalista:

"Em qualquer atividade vocacional a motivação/finalidade assume um duplo caráter: um trabalhador sempre tem um motivo para trabalhar que, muito comumente, é o de ganhar a vida. Mas além, e acima disso, ele é também impelido por uma motivação impessoal. Isto é imediatamente imposto pelas condições do trabalho, mas essas, em retorno, são determinadas pelos requisitos da cultura na qual a atividade forma uma função orgânica constituinte".³⁰

Embora Pierce Butler advirta que a arte atribuída à Biblioteconomia não é a arte dos artistas ou dos artesãos, mas aquela que constitui as profissões estabelecidas, como medicina, direito e engenharia, não passa naturalmente por esse autor, a situação de classe dos agentes que perfazem essas atividades nem a situação de classe para quem é dirigida a atividade cultural, o que esvazia o seu conceito de cultura e de "rotina cultura específica"; no seu afã de defender as profissões como sendo práticas intelectuais diferenciadas, Pierce Butler faz rolar o seu liberalismo defendendo o monopólio do saber nas quatro áreas que analisa: medicina, engenharia, direito e biblioteconomia. Para Pierce Butler, ser mineiro de carvão não é igual a ser bibliotecário pois a mineração exige do trabalhador controle racional inferior. O trabalho manual para Pierce Butler não é uma profissão por estar em "nível vocacional mais baixo".

³⁰ Idem, p.242.

Para o mineiro de carvão, cultura é algo estático; para os profissionais elevados, cultura é algo mais dinâmico:

"A organização econômica e industrial da cultura estabelece a tarefa [daí que o mineiro só tem que trabalhar], recruta os trabalhadores e integra os seus desempenhos combinados automaticamente... em baixo, trabalhadores despreparados requerem controle racional pequeno... mas no topo da hierarquia vocacional, nas profissões, todas essas condições são exatamente revertidas. Aqui uma ciência especial e uma tecnologia especial são indispensáveis... nas profissões, a motivação cultural difere daquela de nível vocacional mais baixo".³¹

O autor ao mesmo tempo que dinamiza o seu conceito de cultura também o petrifica de vez que não consegue entender a divisão trabalho manual/trabalho intelectual como sendo uma divisão histórica, produzida. Se Gramsci³² fêz-nos entender que 'em qualquer trabalho físico, mesmo no mais mecânico e degradado, existe um mínimo de qualificação técnica, isto é, um mínimo de atividade intelectual criadora', também reconhece a especificidade qualitativa de um e de outro: há trabalhos mais manuais que outros mas essa 'gradação qualitativa' não autoriza a tomar a cultura como um dado principalmente quando essa separação radical do trabalho manual/trabalho intelectual é constitutiva da cultura liberal capitalista que cumpre-nos transformar.

³¹ Idem, p.242-43.

³² Antonio Gramsci. Os intelectuais... p.7.

Aqui se explicita o liberalismo de Pierce Butler: os temas clássicos do liberalismo tais como o direito à liberdade, à individualidade, à propriedade são válidos somente para um tipo de indivíduo: o indivíduo-proprietário. Liberal é a visão de mundo imprimida no nascedouro das relações burguesas: tornar livre as relações de comércio e contrato entre os homens da nova sociedade que emergia do feudalismo. Liberalismo significa liberdade para a construção da nova sociedade; liberdade para o indivíduo e proteção para o exercício dessa liberdade; só que o indivíduo que o liberalismo contemplou foi sempre o indivíduo proprietário; se a propriedade era (é) considerada um direito natural, inalienável do indivíduo, cabe perguntar: se é natural, porque só uns poucos a possuem?

O mineiro de carvão de Pierce Butler está no topo inferior das vocações porque ele não é proprietário nem dos meios de produção nem do saber sobre os meios. Se a Biblioteca-economia que Pierce Butler vislumbra é tão superior àquelas vocações inferiores, cumpre perguntar: o que pode essa dama fazer por aquele não-profissional?

Alvaro Vieira Pinto³³ esclarece de vez a nossa questão:

"O trabalho é sempre científico, ainda que, evidentemente, isto não signifique que, nas condições elementares de cultura e nas formas comuns, rotineiras e primárias de atividade, o trabalhador não tenha noção de ser um homem da ciência. Ao contrário, por efeito da alienação

³³ Alvaro V. Pinto. Ciência e existência. p.235-36.

principal a que nos referimos, ligada a inversão da con tradição principal do homem, o trabalhador de ofícios ru des, humildes ou marginais (e convém lembrar que entre estes no passado se contaram muitas formas de atividades hoje socialmente reconhecidas indiscutivelmente científicas ou culturais, por exemplo, as artes mecânicas, a metalurgica, a arquitetura, ou a cirurgia) nem sequer so nha em se representar a si mesmo como um homem de ciénc ia. O caso inverso também ocorreu historicamente... O trabalho é por essência científico, assim como a ciénc ia é por essência resultado do trabalho... Suponhamos, a título de ilustração, o caso dos lixeiros ou garis. Hoje são trabalhadores dos mais modestos na escala de valo cação do trabalho, e ninguém se atreveria a dar-lhes a qualificação de homens de ciéncia. Mas, se no futuro pa ra varrer as cidades ou coletar o lixo se exigir o empre go de máquinas especializadas, que utilizarão, digamos, processos físicos complicados, medidas quantitativas com plexas, aparelhos automáticos para analizar a natureza da poeira, separar os detritos para utilização industrial, purificar o ar, filtrá-lo, etc..., o atual humilde lixeiro se transformará num engenheiro-lixeiro e certamente, a sociedade exigirá que conquiste um diploma universitário para habilitar-se a essa profissão".

Toda a crítica a Pierce Butler não deve obscurecer o que ele tem de positivo: colocar a finalidade/necessida de presidindo a ação transformadora. Por ai ele alcança maior aprofundamento em relação aos liberais do scientificismo e é im portante ressaltar a sua superioridade.

Essa reflexão de um dos pais da biblioteconomia americana já basta como aconselhamento aos cientistas da informação muito embora os cientistas da informação de hoje rechaçem o discurso humanista, classificando-o de retórico, "repetitivo, tedioso e inflacionado por gerações de filósofos que especulam por décadas".³⁴ Nem duas décadas separam os dois discursos, mas eles exibem uma autêntica crise de geração de pais e filhos; os filhos caricaturando os pais de "filósofos do tudo ou nada".³⁵

Importa reter as duas posições e seus representantes (Butler e Saracevic) para encaminharmos no 2º capítulo, as formas de superá-los. Ademais, como são duas posições distintas e temos vindo tentando demarcá-las através de muitos outros autores, é bom não perdemos esses dois marcos que embora centrais, podem exigir o encaminhamento da problematização de outros ângulos.

Não são pois as teorias que a Ciência da Informação constroem sobre o seu objeto que poderão explicar as necessidades que mantém a biblioteconomia como profissão mas pelo contrário é a teoria do objeto que se funda na necessidade social desse trabalho, e aí está a dificuldade tanto do cientificismo que constrói seus conceitos acima de toda e qualquer implicação social, quanto da biblioteconomia-arte quando postula

³⁴ Saracevic & Rees. The impact of information science on library practice. LJ, 1(1968): 4097-99.

³⁵ ..."a ciência tenta reduzir problemas globais em atividades pesquisáveis;... o isolamento de várias variáveis para pesquisa parece não ser atraente aos filósofos do tudo ou nada que escreveram sobre biblioteconomia". Cf: Saracevic & Rees. The impact of... Idem.

a categoria trabalho apenas como "condição eterna" cujas causas finais não estão desde logo subordinadas a condições sociais específicas de cada época.

Convencido por exemplo de que a Biblioteconomia é parte aplicada da Ciência da Informação, Saracevic fala numa "feliz cooperação" entre uma profissão e a ciência que lhe é correlata:

"algumas características profissionais estão presentes, nas quais a Biblioteconomia existe para satisfazer uma demanda social; tem um sistema formal de educação social, uma identidade social, uma identidade histórica reconhecida, uma filosofia, um código de éticas... Um sistema de reconhecimento profissional e premiação; inclue elementos de arte e possui uma tecnologia. Mais importante, uma proporção significante dos seus profissionais praticantes tem uma base em teoria que é e deveria continuar a ser derivada da pesquisa científica conduzida dentro e fora da profissão. É através dessas duas características, tecnologia e teoria que um laço de ligação existe entre a Biblioteconomia e Ciência da Informação".

Saracevic devide assim as suas colocações: Ciência da Informação qua Ciência - Biblioteconomia qua Profissão - Relacionamento entre Ciência e Profissão, Biblioteconomia e Ciência da Informação - Biblioteconomia e Tecnologia da Informação e Relevância da Ciência da Informação à Práticas de Biblioteca. Por essa divisão já se vê os limites do relacionamento que ele espera haver entre uma ciência, uma tecnologia e uma profissão que para ele deveriam conviver numa "cooperação inteligente" através de um continuum: ciência básica - ciência aplicada - desenvolvimento - prática profissional. Não haveria

nada errado nesse pensamento se ele não fosse tão linear, tendo os seus pólos se relacionando exteriormente um ao outro.

A leitura de alguns textos sobre a biblioteconomia-profissão despertam alguns questionamentos quiçá ricos para serem explorados (embora talvez não possam ser tratados separadamente da problematização central). Vejamos:

É fato reconhecido que o trabalho de Abraham Flexner (1910) sobre a educação médica nos Estados Unidos e Canadá influenciou todos os demais campos profissionais. Em 1915 surgia similar para o serviço social (*Is Social Work a Profession?*) e não tardou aparecer o relatório da biblioteconomia conhecido por Williamson's Training for Library Service (1923), conforme relata Ashein.³⁶ O relatório preparado para biblioteconomia levantava, segundo Ashein as mesmas questões sobre educação bibliotecária que Flexner havia levantado para educação médica.

A definição de profissão no começo deste século serviu de núcleo para quase todos os teóricos do profissionalismo dos anos 60, essa década sim, considerada na literatura americana, como um marco na crise do monopólio do saber, que a partir de então deveria passar pela formalização do processo

³⁶ Lester Ashein. *Librarians as professions.* Library Trends. p.227.

educacional nas universidade. Shaffer³⁷ lista 19 características do que considera "características de uma verdadeira profissão, as quais incorporam as idéias-chaves de aproximadamente 220 artigos no assunto "em todas as áreas".

Alguns pontos desse estudo são comuns na literatura das profissões; essas deveriam ter:

1. um corpo de conhecimento sistemático, distinto e altamente especializado;
2. um longo período de educação e treinamento através do qual os novos membros poderam auxiliar e aprender aquele conhecimento e aquelas técnicas;
3. ter um compromisso de serviço para com a sociedade, estando os interesses da sociedade acima dos interesses pessoais;
4. padrões de comportamento ético (código de ética) o que implica em respeito e confidencialismo;
5. um sistema de prêmios, monetário ou honoroso;
6. o direito de determinar seu próprio código de prática e de padrões de educação e treinamento;
7. algum tipo de organização profissional para proteger os interesses dos membros.

³⁷ Sheffer, D. Eugene. In: Vera S.M. Beraquet. The development and significance of the core curriculum in archives, library information studies. (tese de dout.). 1981. p.227.

Nota-se que o próprio trabalho de Sheffer é um resumo de sua tese de doutoramento da mesma década de 60.

Imediatamente retomo Saracevic mais para enfraquecer sua argumentação sobre a legitimidade do lugar autônomo que a ciência da informação deveria ocupar:

..."antes que uma atividade possa ser vista como ciéncia, um número de condições ou critérios se apresentam: interesse comum num grupo de fenômenos, pessoas envolvidas na área com qualificações aceitas, compromissos e interesses usualmente afiliados como uma instituição académica; disponibilidade de técnicas, instrumentos e metodologias para o propósito da pesquisa; existência e emergência de uma base teórica, provisão de educação formal para outras pessoas interessadas nas áreas, emergência de canais de comunicação formais e informais; existência de profissionais associados a sociedades e publicações de revistas científicas. Vê-se logo que a Ciéncia da Informação preenche todos esses requisitos; de preocupação imediata, a questão não se prende tanto à definição da Ciéncia da Informação mas a sua relevância ou potencial para às práticas das bibliotecas".³⁸

Não é nada difícil por esse trecho concluir pela normatividade da ciéncia, normatividade presente em qualquer atividade humana, por mais que os cientistas pleiteiem lugares objetivos para o seu fazer, essa objetividade estará sempre mediada pelas outras práticas sociais e a própria prática científica guardará um equilíbrio entre os critérios internalistas (rigor lógico-formal) e externalismo científico pautado na intersubjetividade (citações, colégio invisível, etc.).³⁹

³⁸ Tefko Saracevic & Rees, A. The impact... p.4097, LJ.

³⁹ Sobre os critérios internalistas e externalistas da ciéncia ver Pedro De mo, Metodologia científica em ciéncia sociais. p.15-8. e Maria Nélida G. A configuração temática da ciéncia da informação. (disertação de Mestrado), Cap. I - p.1-26.

Por arte naturalmente está se entendendo uma atividade que se caracteriza pela repetitividade configurando uma técnica e não uma obra de arte irrepetível, única.⁴⁰ A questão toda esteve entre ser a biblioteconomia uma técnica científica (portanto uma tecnologia) ou uma técnica sem arcabouço teórico, científico. A comparação com a medicina e a engenharia permitida pelos dois lados da polarização, de per si nos ajuda na definição: somos todos tecnologias e por isso mesmo requeremos logos para nossa techné.

Mas essa não é de forma alguma a minha questão. Pelo contrário, minha preocupação em expor o dilema ciência-arte só se justifica na medida em que eu consiga recolocá-lo como falso dilema; não importa para nada discorrer sobre a científicidade da biblioteconomia (ou de qualquer outra disciplina) se ela não for relacionada na praxis social. E é para lá que nos encaminhamos agora.

⁴⁰ Saviani, D. Para uma pedagogia coerente e eficaz. In: Educação: do senso comum... p.51-4.

CAPÍTULO 2

2. BIBLIOTECONOMIA ENQUANTO PRÁTICA SOCIAL

Ao perceber a biblioteconomia como prática social, estou tentando dar sentido à afirmação de Marx, a de que "toda vida social é essencialmente prática". Vasquez⁴¹ faz dessa oitava tese de Marx sobre Feuerbach a seguinte interpretação: "há a prática e a compreensão dessa prática".

De fato toda atividade humana é essencialmente social independentemente de termos ou não consciência disso. A biblioteconomia é uma prática social antes mesmo que eu a perceba assim. Ao resgatar essa sociabilidade quero dirigir a intencionalidade dessa prática para o seu aspecto transformador, afim de que a biblioteconomia carregue mais o seu aspecto de praxis criadora em relação ao seu aspecto reiterativo.⁴²

⁴¹ Adolfo S. Vasquez. Filosofia da praxis. p.234.

⁴² Ver como Vasquez trabalha os termos praxis criadora e praxis reiterativa em Filosofia da praxis. p.245-279.

Assim como o homem só é inteligível no conjunto das relações sociais, a prática social também só o é no conjunto das demais práticas sociais; esse relacionamento contudo não se esgota numa prática profissional onde predomina o aspecto corporativista das profissões (e aí importam os mecanismos de sustentação jurídica do tipo conselhos e associações de classes por exemplo) nem nas questões de validade interna como apontam as preocupações epistemológicas de demarcação científica, ambas as posições bem presentes na biblioteconomia, como vimos no capítulo anterior; enquanto prática profissional a biblioteconomia fica presa às questões corporativas e nesse sentido não hesita em buscar apoio a outras profissões: já vimos que a medicina, engenharia e direito são exemplos preferidos; enquanto prática científica a biblioteconomia busca parentesco às ciências vizinhas traçando assim o seu perfil interdisciplinar de todas as ciências, repetindo a mesma leitura positivista que Augusto Comte faz da filosofia: o gerenciamento do conhecimento.

Conquanto a profissionalização e o rigor formal são necessários, eles não são de forma alguma suficientes; a explicitação deste ponto requer todavia maior aprofundamento do que seja a própria sociedade; antes, porém, tentemos amarrar um pouco mais dois de nossos autores pendulares, Butler e Saracevic porque eles não surgiram ao acaso na problematização ciência-arte: Pierce Butler surge como iniciador de "uma nova abordagem para a biblioteconomia" quando da "fundação da Esco-

la de Chicago, no fim da década de 1920".⁴³ A nova abordagem era justamente seu desejo de entender a biblioteconomia numa perspectiva de conjunto, privilegiando as questões filosóficas dos propósitos e finalidades que já expus como sendo seu ponto forte. A obra de Butler representa pois um certo deslocamento do individual para o social.⁴⁴

De fato, Pierce Butler abre assim o livro onde expõe a nova abordagem:

"A biblioteca foi criada pelas necessidades reais da civilização moderna. Ela é agora uma unidade essencial na organização social. A cultura precisa transcender o indivíduo porque é essencialmente uma acumulação social de experiências através da qual os homens de cada geração possuem, pelo menos potencialmente, tudo o que a geração anterior aprendeu. Livros são um mecanismo social de preservação da memória racial e a biblioteca um aparato social de transferência dessa memória à consciência dos indivíduos. Qualquer entendimento da sociedade precisa incluir uma explicação desse elemento social e de sua função na vida social. A Biblioteconomia, portanto, se posiciona na questão para ser discutida em qualquer sistema das ciências sociais".⁴⁵

Do outro lado do pêndulo está Saracevic⁴⁶ de contra-peso: a ciência da informação não é uma profissão "porque

⁴³ Suzana Mueller. Bibliotecas e sociedades: evolução... R.Esc.Bibliotecon. UFMG, Belo Horizonte, 13(1). p.19.

⁴⁴ Esse ponto também está presente em Mueller, Op.cit.

⁴⁵ Pierce Butler. Library and information science. xi páginas prefaciais.

⁴⁶ Polêmica registrada em Shera, J.H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. p.99. Cf: também Saracevic, T. Integrating education in librarianship and information science. Ci.Inf., 8(1): 59-66 e Educação em ciência da informação na década de 1980. Ci.Inf., 7(1): 3-12.

não satisfaz nenhuma necessidade social nem presta serviços práticos".

Saracevic se destaca pela sua contemporaneidade no cenário de informação; dos contemporâneos é o autor de reconhecido empenho em divulgar a Ciência da Informação dentro e fora dos Estados Unidos; foi com efeito o responsável pelas dissertações brasileiras na década de 70 como autor convidado do IBICT/CNPq.

Apresentados com esse grau de relevância queremos ao mesmo tempo apontar seus acertos e insuficiências, certos de que essa não é uma questão meramente escolástica mas uma das vias de acesso à compreensão da prática bibliotecária.

O que fica ausente quer na biblioteconomia-arte quer na biblioteconomia-ciência é a própria sociedade, vale dizer, o próprio trabalho. O trabalho é visto em Butler como fonte de subsistência realizando-se conforme finalidade. Da mesma forma, o continuum proposto por Saracevic que vai da pesquisa básica passando pela pesquisa aplicada e desenvolvimento até chegar à prática profissional só é bem sucedido ao apontar a especificidade de cada processo no continuum. Mas quando historicizado, o continuum passa a exigir análise da relação entre especificidade e monopólio do saber que é uma questão esquecida e, a rigor, inexistente na discussão dos teóricos de qualquer lado da polarização.

Quando Pierce Butler reconhece que a biblioteconomia é uma arte, ele adverte logo que isso não significa identificar o bibliotecário com um pintor ou qualquer artesão im-

pulsionado pelo gênio criador. Não é um impulso incontrolável, único e irrepelível como caracteriza a criação do artista. É uma atividade cujo impulso é dado pela necessidade. Pierce Butler reconhece no trabalho uma necessidade a que os homens satisfazem para lograr a própria sobrevivência, o que já é excelente ponto de partida para historicizarmos a categoria trabalho, afirmando-a como categoria básica na estruturação da sociedade. O liberalismo do autor, contudo, o impede de chegar aos "homens de carne e osso" de que fala Marx.

Historicizar a categoria trabalho é compreender o processo de estruturação da sociedade. As insuficiências desses autores residem justamente no esquecimento da especificidade das sociedades analisadas, resultando em abstratas as suas reflexões. Explicitemo-nos mais: o que é a sociedade e como se relacionam as práticas infra e supraestruturais que compõem a sociedade?

2.1 O Social da Sociedade para se Chegar ao Social da Biblioteconomia

Marta Harnecker⁴⁷ abre os seus "conceitos elementares do materialismo histórico" com uma grande questão: a estrutura social. Mas não sem antes esclarecer o seguinte:

⁴⁷ Marta Harnecker. Conceitos elementares... p.31.

"iniciamos esta exposição pedagógica dos principais conceitos do materialismo histórico partindo do processo de produção não por uma decisão arbitrária, mas porque este conceito vai constituir a base sobre a qual se vai edificar todo o edifício teórico do materialismo histórico. Para o marxismo a compreensão última dos processos históricos deve ser buscada na forma pela qual os homens produzem os meios materiais". (grifo no original).

Em seguida cita Engels numa passagem também fundamental para o esboço sintético que faremos agora sobre o funcionamento da sociedade:

"A concepção materialista da história parte do princípio de que a produção, e, junto com ela, o intercâmbio de seus produtos, constituem a base de toda ordem social; que em toda sociedade que se apresenta na História, a distribuição dos produtos e, com ela, a articulação social em classes e estamentos, se orienta pelo que se produz e pela forma como se produz, assim como pelo modo de permuta do que foi produzido. Nessas condições, as causas últimas de todas as modificações sociais e as subversões políticas não devem ser buscadas na cabeça dos homens, em sua crescente compreensão da verdade e da justiça eterna, mas nas transformações dos modos de produção e de intercâmbio, não se deve buscar na Filosofia mas na Economia da época de que trata".

Sociedade é pois modo de produção, a forma de organização dos homens entre si para dar conta da transformação da natureza. Como os homens não trabalham isoladamente mas em conjunto com outros homens segue-se que

"todo processo de trabalho se verifica sob determinadas relações de produção, isto é, que a forma pela qual os

homens transformam a natureza, está determinada pelo tipo de relação que estabelecem no processo de trabalho".⁴⁸

Para que o trabalho se realize são necessários aqueles três momentos que Marx caracteriza tão pormenorizadamente n'O Capital: a coisa, o objeto ou matéria sobre o que vai trabalhar, os meios e ou instrumentos com que se trabalha, os chamados meios de produção e a própria atividade humana realizada, o próprio trabalho. Marx dirá:

"Quaisquer que sejam as formas sociais de produção, seus fatores são sempre dois: os meios de produção e os trabalhadores. Mas tanto uns como outros são somente, enquanto se acham separados, fatores potenciais de produção. Para poder produzir em realidade tem que combinar-se. Suas diferentes combinações distinguem as diversas épocas econômicas da estrutura social".⁴⁹

São essas "diversas épocas econômicas da estrutura social" que nos cabe apreender a especificidade para dar conta da estrutura econômica da sociedade capitalista na qual se situa a Biblioteconomia de Butler e a Ciência da Informação de Saracevic; Com efeito, a sociedade capitalista caracteriza-se fundamentalmente pela propriedade privada dos meios de produção o que faz com que a relação dos homens entre si no processo de trabalho esteja condicionada à relação dos homens com os meios de produção. Mas se os meios de produção são apropriados capitalisticamente, isto é, privativamente, não se dá

⁴⁸ Idem, p.37.

⁴⁹ Karl Marx. In: Marta H. Conceitos elementares... p.69.

assim a sua própria produção que é eminentemente social. Toda produção em sociedade é produção social, isto é, realizada por um conjunto de homens. Mas

"nas sociedades em que existe a propriedade privada dos meios de produção, os proprietários desses meios têm um papel no processo geral de produção, sem figurar necessariamente como produtores diretos, pois sendo donos dos meios de produção, tornam possível o processo... Como os meios de produção representam as condições materiais indispensáveis a todo o processo de produção, como é impossível produzir sem meios de produção, os homens que não possuem esses meios, ou que dispõem de uma quantidade demasiada pequena deles, terminam por trabalhar para os que possuem os meios fundamentais de produção".⁵⁰

Ao desenvolvimento das forças produtivas corresponde-lhes maior socialização "na origem cada vez mais social dos meios de produção" e "no destino cada vez mais social do produto": a própria especialização das atividades econômicas gera especialização nos meios de produção que passam a ser gestados em instâncias diferenciadas da produção. É por isso que na

"produção industrial... o processo de produção tem caráter social. Os meios de produção só podem ser postos em marcha por um conjunto de trabalhadores e, portanto, nenhum deles pode dizer que o produto de seu trabalho especializado é seu produto. A produção se transforma

⁵⁰ Idem, p.82-3.

de uma série de atos individuais em uma série de atos sociais, e os produtores, de individuais em produtos sociais".⁵¹

Chegamos assim ao ponto chave para a nossa problematização: a produção é sempre produção social, uma produção de todo o conjunto da sociedade mas no modo capitalista de produção, a apropriação dos meios de produção por uma classe minoritária interfere de forma determinante na distribuição do produto do trabalho que, por ser distribuído de forma desigual em relação aos produtores, torna-se anti-social.

"O grande mérito de Marx é haver demonstrado, através de seu estudo do modo de produção capitalista, que a distribuição desigual não depende da existência de naturezas humanas mais ou menos dotadas, mas sim e fundamentalmente, da propriedade ou não-propriedade de que gozam os indivíduos dos meios de produção... A distribuição do produto social depende, portanto, de uma distribuição prévia dos meios de produção. É a forma pela qual têm sido distribuídos os meios de produção (elementos de processo do trabalho) o que determina fundamentalmente a forma pela qual será distribuído o produto social. Afirmar isso é afirmar que as relações de distribuição se acham determinadas pela relações de produção".⁵²

Esta aí já enunciada a contradição fundamental das relações capitalistas de produção: o caráter social das forças produtivas em contraposição à apropriação privada dos meios de produção; em outras palavras, a produção é social mas

⁵¹ Idem, p.82-3.

⁵² Idem, p.82.

o produto por ela gerado é "anti-social", pois só se apropria de le aqueles que anteriormente detinham a posse dos meios de produção.

A primeira tese, a da sociabilidade da produção está bem desenvolvida em Pierce Butler como demonstram suas análises sobre a acumulação cultural ao longo das gerações⁵³ mas a privatização dos meios de produção está ausente nesse e em todos os teóricos da Biblioteconomia: eles teorizam por sobre a sociedade e dessa forma fazem uma Biblioteconomia idealista, e enquanto tal, incapaz de ser instrumento de transformação social (farei uma comparação adiante entre o estágio da teorização da Biblioteconomia por referência à concepção dialética da educação, até porque defenderei a aproximação da Biblioteconomia com a prática educativa com uma das possíveis sínteses para a Biblioteconomia se apresentar como uma prática social).

Essa pequena digressão sobre os conceitos elementares do materialismo histórico nos é útil para a compreensão da tese principal que estou defendendo, a biblioteconomia enquanto prática social.

Para situar a biblioteconomia como prática social, ela tem de estar referida no conjunto das outras práticas, pela mediação dos produtos das práticas em seu conjunto; se a finalidade da prática bibliotecária lhe é posta de fora

⁵³ Pierce B. Librarianship as a profession, LQ, 21(4): 235-47.

pelas relações sociais, a sua articulação no conjunto do trabalho social não é externa como propõe a interdisciplinaridade; a Biblioteconomia não se constitui em prática social pela simples adesão às ciências da comunicação, da psicologia, da lógica, informática, enfim de um grupo de regiões particularizadas do saber, nem pela sua semelhança com outras profissões liberais notadamente medicina, engenharia, etc. (naturalmente que como trabalho ela cabe nas formulações apresentadas em qualquer trabalho - trabalho tomado como categoria central na luta do homem pela sobrevivência, diferente, portanto, de qualquer atividade).

São a-históricas, portanto, as colocações que enfatizam a interdisciplinaridade da Ciência da Informação relacionando-as com as outras áreas do saber tanto quanto o são as colocações que relacionam a prática bibliotecária com as outras práticas profissionais; isto porque em ambos os casos, tanto na relação da ciência bibliotecária com outras ciências quanto na prática profissional com outras práticas, o relacionamento entre as partes é exterior, depois de já constituídas: no primeiro caso, a relação é puramente cognitiva lógica-formal (e por isso insuficiente); no segundo caso as demais práticas são tomadas com a mesma abstratividade a que a Biblioteconomia deu início na relação. A Biblioteconomia será prática social quanto mais estiver identificada como prática educativa em sentido amplo (isso é de tal forma principal que se constituirá em tese a ser defendida); sua adesão às ciências é condição necessária, mas não suficiente pois a transmissão do conhecimento, Rancière precisou bem, faz parte das formas de aprovação de classe.



O relacionamento da biblioteconomia no conjunto social se fará na medida em que ela conseguir por em relação o seu próprio produto (a organização/transferência do conhecimento) com os produtos dos outros trabalhos sociais (a produção do conhecimento, o próprio conhecimento); nessa relação que é básica, se explicita a tese marxista da autonomia relativa das práticas superestruturais, de onde poderemos apreender também sua própria participação na constituição da sociedade. O percurso agora está amplamente facilitado pelos teóricos da educação onde as relações entre educação e sociedade fazem-se em mão dupla. Não é o caso da biblioteconomia.

Antes porém de documentar a precária teorização da Biblioteconomia por referência à concepção dialética da educação, voltemos aos nossos autores pendulares: se antes Pierce Butler e Tefko Saracevic era antagônicos pendulares nas questões de demarcação científica, agora se identificam na forma de entender a sociedade: ainda o velho liberalismo: Velho em termos do nascimento da doutrina liberal gestada nos séculos 17 e 18. Mas novo por estar esta doutrina bem viva nos nossos

tempos, tornando-se naquilo que Miriam J. Warde⁵⁴ chamou o "solo ideológico da nossa época". Com efeito, esses autores foram nossos eleitos por representarem marcos de duas grandes correntes (humanismo e scientificismo).⁵⁵

O liberalismo por eles representado se explicita no monopólio do saber presente quer no profissionalismo das profissões quer no scientificismo das ciências; esse monopólio está representado na "separação toda particular" que o trabalho assume nessa sociedade capitalista. O monopólio do saber atinge assim quer o ideário do profissionalismo, quando proclama "professionals profess" ou "professionals know" (o que se dá dentro e fora da biblioteconomia) como explica também a preocupação do scientificismo em se diferenciar das suas aplicações tecnológicas (como quer o continuum pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento e prática profissional).

54. Miriam J. Warde escreve "liberalismo e educação" onde expõe as formas por que passa o liberalismo desde o nascedouro nos séculos 17 e 18 passando pela primeira rearticulação no século 19 (o que a autora reinterpreta à luz das classes sociais) para despontar como "solo ideológico da nossa época". A autora expõe e explicita as determinações de cada configuração e respectivas tematizações (por exemplo o individualismo do primeiro momento sendo rearticulado na idéia de Estado no segundo momento) e a forma de dar sentido a essas rearticulações é que constitue o ponto forte do seu trabalho. Mas ao citá-la preocupo-me em revelar aquilo que é comum no liberalismo de todos os tempos: a idéia de homens isolados, livres, consubstanciada na democracia que começa a se delinear no 2º momento do liberalismo, século 19 (democracia entidade naturalmente como hegemonia da classe dominante nas sociedades industriais).

A citação à Miriam Jorge Warde é importante também pelo fato de a autora relacionar o liberalismo político-social com o "liberalismo epistemológico" do pragmatista americano John Dewey e do falseacionismo de Popper, onde em ambos a epistemologia surge como uma das formas de viabilizar os projetos sociais 'democráticos'.

55. O scientificismo de Saracevic pode ser considerado uma versão moderna do humanismo de Butler no sentido que Saviani trabalha os termos em Tendências e correntes da educação brasileira. p.24-7.

Sobre essa última questão não resisto em explorar Poulantzas⁵⁶ nas suas análises sobre a divisão social do trabalho. Por "separação toda particular que o trabalho assume nessa sociedade", Poulantzas está se referindo à divisão trabalho intelectual/trabalho manual:

"essa divisão trabalho intelectual/trabalho manual não somente se limita a uma divisão técnica do trabalho, mas constitui, de fato, em todo modo de produção dividida em classes, a expressão concentrada da correspondência das relações político-ideológicas na sua articulação com as relações de produção; isto é, tais como existem e se reproduzem, sob a configuração precisamente de sua correspondência (político-ideológico), no próprio seio do processo de produção e, mais além, no conjunto da formação social. Essa divisão trabalho intelectual/trabalho manual assume formas específicas no modo de produção capitalista, caracterizado pela separação toda particular dos dois".

Poulantzas está assim desenvolvendo a tese marxista sobre o trabalho no modo de produção capitalista, dando conta daquilo que Gramsci considerou "o erro metodológico mais difundido", isto é, o de buscar a distinção do trabalho intelectual

"no que é intrínseco às atividades intelectuais, ao invés de buscá-lo no conjunto do sistema de relações no qual essas atividades (e, portanto os grupos que as personificam) se encontram, no conjunto geral das relações sociais".⁵⁷

⁵⁶ Nicos Poulantzas. As classes sociais no capitalismo de hoje. p.253.

⁵⁷ Antonio Gramsci. Os intelectuais e a organização da cultura. p.6-7.

Ora, se o trabalho para ser historicizado precisa ser relacionado no "conjunto geral das relações sociais", a ciência e suas aplicações tecnológicas são também produzidas pelo conjunto da sociedade no seu todo, estando nessa sociedade capitalista apropriada por uma classe específica (a burguesia e dentro dela, no limite, os cientistas e tecnólogos, espécie ab aeternitataes). Poulatzas⁵⁸ prossegue:

"Digamos simplesmente que a 'ciência' em questão, apropriada pelo capital, não é encontrada jamais de forma pura ou neutra, mas sempre sob a forma de apropriação pela classe dominante, isto é, sob forma de saber estritamente imbricado na ideologia dominante". É o mesmo caso que se designa como 'pesquisa fundamental': é a ciência como tal que está submetida às condições sociais, políticas e ideológicas de sua constituição, e não somente suas 'aplicações tecnológicas'; tanto mais que não existe separação essencial, ao menos depois da revolução industrial (maquinismo e grande indústria) entre ciência e técnica... De fato não há nenhuma razão 'técnica intrínseca' da 'produção' para que essas aplicações assumam a forma de uma divisão trabalho intelectual/trabalho manual, enquanto sabemos de forma pertinente que a ciência é em última análise o resultado da experiência acumulada dos próprios trabalhadores diretos. Certamente, o processo científico não é somente isso: comporta um trabalho próprio de sistematização (o "trabalho geral" segundo a fórmula de Marx) e da experimentação científica irredutível à "experiência imediata". Mas é somente sob a forma capitalista que esse trabalho próprio existe na divisão trabalho manual/trabalho intelectual. Essa divisão está assim diretamente ligada ao monopólio do saber, forma de apropriação capitalista dos conhecimentos".

⁵⁸ Nicos Poulatzas. p.257.

mentos científicos e de reprodução das relações ideológicas de dominação-subordinação, pela perene exclusão do lado subordinado daqueles que não sabem ou que se supõe não saberem".

2.2 A a-historicidade em Butler e Saracevic

Ao ignorarem a constituição da vida em sociedade e portanto, a forma de organização dos homens no processo de produção, Butler e Saracevic ignoram também a gênese do próprio conhecimento.

Ora, o conhecimento da realidade física e social é gerado na interação dos homens no processo de produção da vida e, portanto, ele não pode ser essa espécie de em si, dotado de autonomia absoluta à moda do mundo trés de Popper, onde as teorias e teoremas vivem numa espécie de eterno gozo, sem qualquer relação com o mundo no qual foram gerados. É essa inversão idealista que o marxismo não admite. E não admite por ser essa autonomia uma condição histórica, isto é, produzida em condições determinadas, o que significa que a sua inteligibilidade também só pode ser alcançada na sua gênese histórica, no processo de formação de tal separação.

Se a divisão do trabalho na sociedade sempre existiu, é só a partir das relações burguesas na manufatura que o trabalho intelectual é radicalmente separado do trabalho/manual, separação essa só possível porque antecedida pela separação do trabalhador dos meios de produção.

Com Guiomar Namo de Mello entendi esse passo com precisão.⁵⁹ Tantas vezes lemos sobre a gerência científica em Braverman e mesmo as pormenorizadas análises de Marx sobre as formações pré-capitalistas e a divisão do trabalho e ainda não tínhamos entendido que o processo de produção não é sinônimo de fábrica, mas se refere às manifestações materiais dos homens no processo de sobrevivência, do qual a fábrica capitalista é já um resultado. Situar a elaboração do saber como parte do processo produtivo custou-me um tanto. Reconhecer o sistema de ensino e pesquisa (a existência de escolas, universidades e institutos de pesquisa) e demais organizações culturais como constitutivos do processo de produção e, portanto, refletindo a mesma contradição básica da produção (a divisão trabalho manual/trabalho intelectual) custou-me outro tanto. Com Guiomar de Mello entendi com precisão não só aquela inversão idealista de aparecer da ciência como ente auto-suficiente mas também a importantíssima questão da apropriação do conhecimento como sendo uma apropriação histórica, produzida, de classe. Esses dois pontos percebo que são quase que toda a minha questão para entender o relacionamento da biblioteconomia com a sociedade.

Conquanto toda a preocupação de Poulantzas é justamente com a reprodução ideológica e política das classes sociais portanto, tendo a divisão trabalho intelectual/trabalho manual como um dos temas centrais do seu livro As classes sociais no capitalismo de hoje, em Mello uma frase fez-me entender

⁵⁹ Guiomar N. de Mello. Magistério de 1º grau, da competência... p.18-23.

der, a situação da escola e portanto do conhecimento na sociedade dividida em classes, vale dizer dividida no trabalho e na apropriação dos meios de produção (Marx chega mesmo a identificar divisão do trabalho com propriedade privada em A ideologia alemã. Diz Marx: "De resto, divisão do trabalho e propriedade privada são pressões idênticas - na primeira, enuncia-se relativamente à atividade o que na segunda se enuncia relativamente ao produto desta atividade" (p.38-9). Mello diz:

"na escola como na sociedade, a divisão entre trabalho manual e intelectual está na base da aparente autonomia que as idéias e o conhecimento parecem ter em relação à vida material. Ao invés de revelar sua real natureza que é a de ser produto da atividade humana concreta, e portanto de poder ser explicado por ela, o conhecimento se apresenta como a explicação da realidade física e social".⁶⁰

A escola e demais organizações culturais afiguram-se como colaboradoras do processo de produção material uma vez que o processo de produção material é que é básico e determinante. É impossível viver sem trabalhar, sem produzir os meios de subsistência. Os homens produzem em sociedade para manterem-se vivos (Não é assim mesmo que Marx inicia a sua conceção de história na mesma A Ideologia Alemã?). A escola é colaboradora porque cria e recria o conhecimento cuja gênese está fora dela por isso ela também sofre o estigma da divisão do trabalho, produzindo e reproduzindo a parte subjetiva do trabalho, isto é, a compreensão intelectual dos processos físi

⁶⁰ Idem, p.22.

cos e sociais mas esse saber elaborado que a escola transmite é sempre sobre a vida material. Nessa sociedade assim dividida, a escola e demais órgãos culturais aparecem também como autônomos sem nada a ver com o processo produtivo. A segunda questão também fundamental esclarece-me que o conhecimento produzido no processo de produção, portanto, na relação entre as classes sociais é apropriado pela classe detentora dos meios de produção uma vez que a essa interessa manter as finalidades e direção da produção. Daí que o conhecimento produzido pelo conjunto da sociedade é inversamente apropriado por uma classe de pessoas. É outra vez Mello⁶¹ que afirma:

"as idéias e conhecimentos sobre o mundo físico e social, o saber enfim, não são produzidos no interior de apenas um grupo ou classe social separado dos demais, como parecem supor Bourdieu e Passeron⁶², mas nas relações entre os homens e desses com a natureza. Como esses homens são seres situados em grupos ou classes sociais, pode-se dizer que o conhecimento é produzido na relação entre esses grupos, não na sua separação irredutível".

Insisto nessa última observação (a irredutibilidade da produção social numa classe), questão também já veiculada por Poulantzas porque a compreensão desse ponto recoloca a minha crítica a Butler e Saracevic não como um mero escolasticismo; ao apontar-lhes a sua a-historicidade espero, mais do que uma discussão meramente teórica, atingir o cerne das

⁶¹ Idem, p.19.

⁶² A autora está discutindo a legitimidade/arbitrariedade do saber por referência ao texto A Reprodução.

relações entre a informação e sociedade. Importa captar que a produção de processos materiais inovadores é sempre uma produção social realizada pelo conjunto dos homens em sociedade; a compreensão integral contudo desse processo é que é apreendida diferentemente pelos homens segundo a posição, o lugar que ocupam no processo produtivo. Ora, a divisão do trabalho em suas partes constitutivas de planejamento e execução é essencial para as relações burguesas de produção, pois a alta produtividade e o lucro que dela provém exigem o trabalho dividido.

Promover o equilíbrio dessas forças, devolvendo ao trabalhador o domínio subjetivo/intelectual da produção é a tarefa revolucionária da educação a fim de que sejamos todos trabalhadores e a finalidade da produção seja dada pela sociedade em seu conjunto, por toda a sociedade.

Para os educadores progressistas é clara a possibilidade da escola na luta pela superação da divisão do trabalho e, portanto, na luta pela socialização da cultura, vale dizer na luta pela sociedade social, a sociedade sem classes.

"A melhoria de vida, a obtenção de melhor emprego, a aquisição de bens materiais, para os quais a escola pode ser importante, não configuram um projeto revolucionário nem levam por si mesmos a uma negação da dominação. Constituem todavia uma expressão individualmente negadora da origem de classe, cuja passagem para um projeto coletivo vai depender da participação de cada indivíduo na dinâmica do social em suas várias outras instâncias, das quais o trabalho é a mais importante. Como mediação, a escolaridade pode contribuir para essa participação, mas não a determina nem a direciona. O que o saber escolar, quando bem apropriado, permite adquirir não é necessariamen-

te um desvelamento completo da dominação. É apenas uma visão de mundo menos mística e folclórica, mais integrada. São habilidades básicas de comunicação, de cálculo, de conhecimento do mundo físico e social".⁶³

Para os educadores, a clareza dos limites da educação na transformação social se coloca na mesma moeda das possibilidades: a educação sozinha, não transforma a sociedade mas a transformação social também não ocorre sem a educação. Não será o ingênuo credo bibliotecário da transmissão de informações que fará circular o conhecimento na sociedade. Há que primeiro recuperar a concretude da transmissão de informações além de recuperar a concretude das próprias informações o que exige o entendimento do que seja a própria sociedade, pois a transmissão não se esgota no formalismo que a ciência da informação lhe confere, amarrando-a num parco conceito de relevância, nem é a informação uma coisa que anda como sugere a triade emissor-canal-receptor e a sociedade, muito menos um grupo de pessoas que interagem para fins comuns como propõe o sistemismo, que podemos considerar, de largo, o maior inspirador dos bibliotecários-cientistas.

63 Idem, p.31.

2.3 A Concretude da Difusão de Informações

Para que o bibliotecário seja transmissor de informações não lhe bastará a competência técnica a respeito dos processos de indexação e recuperação de informações. Ele terá que se dar conta do "caráter crítico da difusão do conhecimento", o que já supõe recuperar a concretude informacional em dois sentidos: da difusão mesma e da informação mesma. Recuperar a concretude da difusão é alargar o seu escopo para além da comunicação científica e tecnológica, dando conta de suas fases distintas: a fase de criação e a fase de difusão do saber. Recuperar a concretude da própria informação significa tocar no aspecto "dissimulador/revelador" do conhecimento. É com os educadores que avanço também nesse ponto fundamental:

"a difusão (transmissão) do conhecimento, para servir efetivamente à criação, tanto da nova teoria (conhecimento e finalidade) quanto da nova realidade concreta, precisa ir perdendo paulatinamente as características de uma atividade antes de tudo mecânica, rotineira, desprovida da intervenção da consciência (reflexão).⁶⁴

O bibliotecário em nada difere do professor na qualidade de intelectual difusor. (Faço uma releitura de Gramsci via Ribeiro, já que não havia me dado conta que a diferença gradual a que Gramsci se refere entre os intelectuais criadores e os intelectuais difusores do conhecimento é legítima também para a sociedade sem classes).

⁶⁴ M.Luiza R., Formação política do professor de 1º e 2º grau. p.62.

Ao mesmo tempo que Ribeiro recupera a importância do caráter difusor do trabalho do professor, situa também o demérito a que esse trabalho é submetido por referência ao trabalho criador de cultura/ciência como diretamente relacionado à estrutura social classista:

"Quando a criação é feita por representantes dos interesses de classe fundamental dominante é que a relação entre intelectuais criadores e difusores acaba por se caracterizar pela subordinação destes em relação aqueles. Acontecendo nessas circunstâncias a difusão - isto é, a socialização da cultura dentro dos limites da hegemonia burguesa/acaba por ter menos importância que a criação, podendo e sendo, por isso, delegada a pessoas de menor prestígio e que, consequentemente, serão também menos prestigiadas no exercício dessa função".⁶⁵

Aos bibliotecários a discussão sobre o caráter crítico da difusão interessa porque é justamente aí que queremos identificar a prática bibliotecária com a prática educativa, portanto como prática social. A transmissão de informações, a difusão do conhecimento parece ser o ponto comum entre o bibliotecário e o professor. Contudo essas práticas não se identificam: enquanto na escola a relação de base se dá entre o professor e o aluno, ficando as informações secundarizadas na relação (no sentido de que o professor é capaz de transmitir conteúdos sem a manipulação direta de informações, isto é, sem o manuseio de livros), já na biblioteca, as informações e os usuários é que passam para o primeiro plano, ficando o bili-

⁶⁵ Idem, p.64.

tecário exterior à relação (o bibliotecário entra na relação indiretamente sendo que, no limite o próprio catálogo o substitui). Guardando, portanto, essas especificidades, existe um ponto comum às práticas superestruturais de cultura que é a questão política. O credo bibliotecário de ser um guardião do conhecimento "sem política, sem religião, sem moral", é revelador da neutralidade científica (pressuposto absoluto do positivismo) implícito na própria organização do conhecimento onde os conteúdos são dispostos linearmente possuindo todos os mesmo valor, o mesmo grau de relevância e objetividade (tanto mais se a relevância "a mais importante propriedade da informação" como substancializam os cientistas da informação é tomada como a medida de efetividade do contato entre emissor e destinatário); ao bibliotecário importa dispor os conteúdos (mesmo que ele passe de uma classificação aristotélica de Dewey para sistemas pós-coordenados); dispondo positivisticamente esse conteúdo, o bibliotecário reza outro credo do ideário informacional: servir a instituição patronal a qual a biblioteca se subordina por onde ela orienta todo o seu processo de seleção, compondo as coleções sempre sob rigorosa adequação aos objetivos da organização mantenedora (de todos os credos, a compatibilidade da política de aquisição com os objetivos organizacionais é de consenso absoluto).

O conceito de relevância se basta no imediatismo da paridade do sistema de informação com a empresa capitalista: prover a informação certa quando o usuário precisa dela pelo menor custo, pressuposto de todos os serviços de avaliação e administração dos sistemas de informação, relevando o pressuposto de uma sociedade atomizada "composta" de homens isolados.

Mesmo as novas indagações de serviços de informações orientados para necessidades/problemas informacionais, visualizados por Wersig⁶⁶ em oposição a usuários isolados não compromete o credo da neutralidade científica de vez que não se toca nas intenções/finalidades desses grupos; ao contrário confirma a regra da biblioteconomia classista. A partir de Marx sabemos que esses interesses reais da sociedade são sempre interesses de classes bem determinados; o ideário informacional é todo ele montado em cima da idéia de organização e difusão de informações; quaisquer que sejam os autores, quaisquer que sejam as correntes, o consenso absoluto se pauta em torno daqueles três processos do "sistema" informacional: coleta, processamento e transmissão/difusão de informações.

A Ciência da Informação e seu arsenal teórico-tecnológico dinamizou os três processos concentrando-se na difusão da informação através dos sistemas de disseminação seletiva (SDI) já que a Biblioteconomia configurava uma fase passiva onde o catálogo era o produto-fim da biblioteca; a ciência da informação levaria a informação até a mesa do pesquisador; perfis pessoais de interesse são agora contrastados com bases de dados internacionais, de forma a interar o pesquisador das ciência e tecnologias dos avanços nas diversas áreas do conhecimento.

⁶⁶ O mesmo autor em "Informationsssoziologie" quando discute as questões metodológicas mostra-se muito satisfeito com os métodos positivistas que a ciência da informação empresta da sociologia. Cf.: Gernot Wersig. Informationssociologie linweise... p.84-93.

Ao privilegiar a comunicação formal e informal da comunidade acadêmica, a ciência da informação atende apenas à criação do conhecimento; sendo essa criação inteiramente vinculada ao processo de produção, ela fica subordinada aos interesses/finalidades de classe que dá direção ao processo. Ora, difundir verdades já conhecidas torna-se segundo Gramsci, tão vital ou mais importante que criar as novas. De fato, se a nova sociedade humanizada depende da evolução dos homens em seu conjunto (do contrário não seria nem nova nem humana), a socialização do saber é imperativo.

A Ciência da Informação ao estudar a comunicação formal (literatura) e informal (contatos pessoais em fases de criação e desenvolvimento da pesquisa) em Informação Científica e Tecnológica entendeu que assim ela estaria dinamizando a própria geração do conhecimento portanto influenciando a gênese do saber; os três processos de que sempre tratou a Biblioteca, isto é, coleta, processamento e transmissão estariam agora revitalizados de vez que a geração e a transmissão são pólos que se influenciam reciprocamente. Entendeu-se a partir dos estudos de Solla Price e Garfield que a geração é influenciada pela transmissão e vice-versa, a transmissão traduzida na rede de citações da literatura científica, também influencia a geração.⁶⁷

⁶⁷ Grande parte aliás da especificidade da ciência da informação se desenvolveu a partir do estudo do comportamento da rede de citações na literatura formal e informal. Cf.: Derek de Solla Price. Collaboration in invisible college a Network os scientific paper. In: Introduction to... p.101 e p.56.

Essa é aliás a novidade maior da ciência da informação em relação à velha biblioteconomia: se antes o processo de comunicação começava com a fase da coleta de informações (a biblioteca coleta o material bibliográfico, processa-o, ordenando-o, e a transmissão não passava de repertório dos conteúdos coletados via catálogo por exemplo), agora, desvendado os mecanismos da comunidade científica na sua gênese, o processo de comunicação começa na geração e a transmissão é dinâmica: listas de referências bibliográficas são geradas automaticamente via contraste entre os perfis individuais e as bases de dados. A Ciência da Informação pretendeu revitalizar o processo de comunicação formal e para isso teve de penetrar também nos mecanismos da comunicação informal. Contudo, toda essa revitalização do próprio objeto agora entendido mais em termos de conteúdo do que de forma (veja-se por exemplo a alegria dos bibliotecários ao reconhecerem que o objeto da biblioteconomia não é mais o livro mas a informação)⁶⁸ restringiu a informação em ciência e tecnologia na fase de criação.

Ora, o contato com os educadores fez-me alargar a concepção de Informação Científica e Tecnológica: o meridiano de Greenweech, a bacia amazônica, os quatro pontos cardeais são informação científica, saber cientificamente elaborado constituindo-se em já-ganhos da humanidade. Entendi que o saber escolar é científico até por exigir a expressão letrada, por oposição ao saber popular/folclórico que se basta na expressão oral.

⁶⁸ Anna da Soledade V. Repensando a biblioteconomia. C.Inf. 12(2): 81-5.

Ora, um mínimo de teoria social já é suficiente para dar conta da restritividade da Ciéncia da Informação que coloca a dialética criação-difusão no âmbito restrito da comunidade científico-acadêmica. Não é dessa forma que Gramsci entende a socialização do saber:⁶⁹

"criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas 'originais'; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, 'socializá-las' por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral.. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato 'filosófico' bem mais importante e 'original' do que a descoberta, por parte de um 'gênio filosófico', de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais".

Ora, naturalmente que ao mencionar o "fazer individualmente descobertas originais", Gramsci não está referindo-se ao sentido restrito de descobertas isoladas, individuais, o que já nem é mais possível em ciéncia hoje. Contudo, a comunidade científica do "programa de pesquisa" a que Lakatos se refere⁷⁰ está perfeitamente de acordo com o individualismo de que fala Gramsci, uma vez que sabemos que os programas de pesquisa seguem interesses restritos de grupos particulares, e nesse sentido, individuais e anti-sociais.

⁶⁹ Antonio Gramsci. Concepção dialética da história. p.13-4.

⁷⁰ Imre Lakatos. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa. In: A crítica... p.109.



Com Ribeiro aprendi a ampliar a dialética difusão-criação no todo social e de como essa possibilidade se apresenta para o intelectual difusor (o pequeno intelectual):

"o professor tem que ser criativo nesse processo. Assim sendo, também sob este aspecto a difusão contém a criação".⁷¹

2.4 A Concretude das Informações Mesmas

A questão que se coloca é a vinculação estreita entre os interesses da ciência e tecnologia numa determinada época com os interesses da classe hegemônica na sociedade, vinculação transparente em Marx (transcrevo essa vinculação no próprio Marx como venho fazendo até agora com todos os outros autores porque, apesar de serem teses muito conhecidas nas ciências sociais, são teses formadoras de minha própria postura, sem as quais eu estaria impossibilitada de rever a construção do objeto em biblioteconomia).

Diz Marx:

"os pensamentos da classe dominante são também em todas as épocas, os pensamentos dominantes, ou seja, a classe que tem o poder material dominante numa dada sociedade é também a potência dominante espiritual. A classe que dispõe dos meios de produção material dispõe igualmente dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles a quem são recusados os meios de produ-

⁷¹ M.Luisa Ribeiro. Idem, p.65.

ção intelectual está submetido igualmente à classe dominante. Os pensamentos dominantes são apenas a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas sob a forma de idéias e, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe dominante; dizendo de outro modo, são as idéias do seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem entre outras coisas uma consciência, e é em consequência disso que pensam; na medida em que dominam enquanto classe e determinam uma época histórica em toda a sua extensão, é lógico que esses indivíduos em todos os sentidos, que tenham, entre outras, uma posição dominante como seres pensesntes, como produtores de idéias, regulamentem a produção e a distribuição de pensamentos da sua época; as suas idéias são, portanto, as idéias dominantes da sua época".⁷²

A apropriação das idéias pela classe dominante detentora do poder material coloca uma questão também central na sociologia do conhecimento: é possível a objetividade do conhecimento ou o relativismo epistemológico é inevitável? Se tudo depende do ponto de vista de quem profere, a verdade existe? É possível proferir de fora do mundo num patamar situado acima do mundo?

O avanço que educadores e cientistas sociais dão a essa questão são também de inspiração marxista; A impossibilidade da neutralidade do conhecimento já é ponto passivo até para os positivistas; contudo, apesar do conhecimento ser sempre interessado, nem por isso ele deixa de ser objetivo.

⁷² Karl Marx. A ideologia alemã. p.56.

Saviani, Adam Schaff e Michel Lowy⁷³, inspirados no marxismo, reconhecem que a distorção ou falsificação do conhecimento está ligada não ao conceito de ciência em si mas com os interesses articulados em torno dessa ou daquela parcela da realidade física ou social (não poderia deixar de citar Rancière⁷⁴ na polêmica com Althusser quando ele afirma o caráter científico do saber, apesar das formas de transmissão do saber, essas sim, também perpassadas pelas relações burguesas, portanto sempre formas de apropriação de classe).

Saviani⁷⁵ contudo consegue aprofundamento sem perder em clareza quando ele precisa que "o caráter sempre interessado do conhecimento não significa a impossibilidade da objetividade", dando conta também de que "se existem interesses que se opõe à objetividade do conhecimento, há interesses que não só não se opõe como exigem essa objetividade".

O autor está se referindo respectivamente aos interesses burgueses que "encontram cada vez mais dificuldades de se justificar racionalmente ao passo que os interesses proletários exigem a objetividade e tendem cada vez mais a se expressar objetiva e racionalmente".

Além de esclarecer esses pontos presentes na literatura marxista, Saviani⁷⁶ precisa a respeito da noção de sa

⁷³ Cf.: Demerval S. Competência política... Educação e sociedade. p.137; Adam Schaff. História e verdade. p.159. Michel Lowy. Método dialético.. p.9-34.

⁷⁴ Jacques Rancière. Sobre a teoria da ideologia. p.23-5.

⁷⁵ Demerval S. Escola e democracia. p.92.

⁷⁶ Idem, p.138.

ber universal que

"ainda se encontra presa a uma concepção metafísica... Com efeito, dizer que determinado conhecimento é universal significa dizer que ele é objetivo, isto é, se ele expressa as leis que regem a existência de determinado fenômeno, trata-se de algo cuja validade é universal. E isto se aplica tanto a fenômenos naturais quanto sociais. Assim, o conhecimento das leis que regem a natureza tem caráter universal, portanto sua validade ultrapassa os interesses particulares de pessoas, classes, época e lugar, embora tal conhecimento seja sempre histórico, isto é, seu surgimento e desenvolvimento é condicionado historicamente (grifo meu). O mesmo cabe dizer do conhecimento das leis que regem, por exemplo, a sociedade capitalista. Ainda que seja contra os interesses da burguesia, tal conhecimento é válido também para ela".

A historicidade do conhecimento colocada por Savianí não pode passar despercebida. O autor afirma a universalidade do saber ao mesmo tempo que a sua relatividade: o conhecimento é universal mas é também relativo. Mas relativo a que? As condições/necessidades que o fizeram "surgir" e "desenvolver": "Assim, o conhecimento das leis que regem a natureza tem caráter universal, portanto sua validade ultrapassa a interesses particulares de pessoas, classes, época e lugar, embora tal conhecimento seja sempre histórico, isto é, seu surgimento e desenvolvimento é condicionado historicamente".⁷⁷

⁷⁷ Idem

Ora, para que esse condicionamento seja dado pelo conjunto da sociedade (e não somente por uma parte dela) a fim de que o conhecimento gerado e consumido possa satisfazer necessidades dos homens em seu conjunto, da maioria das pessoas (e não de uma minoria) é que faz-se necessário socializar o conhecimento, tornando-o disponível às classes dominadas que estão despossuídas desse conhecimento quer para recriá-lo, quer para consumí-lo em seu proveito.

Essa noção de objetividade colocada agora em termos de algo que transcende o tempo e o espaço mas não o fazer dos homens (embora transcendente também os grupos) é vital ao bibliotecário como a qualquer "dirigente", pois é com essa objetividade que ele poderá discernir o caráter falso ou verdadeiro do conhecimento que manipula.

Estou articulando essa questão sobre a legitimidade/arbitrariedade do saber para não cairmos no engodo de acreditar que o conhecimento produzido em sociedade, por estar nessa sociedade apropriado pela burguesia, seja também todo ele arbitrário e não objetivo (uma das questões centrais na polêmica de Mello com Bourdieu-Passeron, retomada com algum detalhe por Saviani).

Desses ensinamentos de educadores contemporâneos brasileiros convengo-me de que a saída para a biblioteconomia em se constituir em prática social transformadora tal qual a prática educativa crítica, tem a ver com a socialização do

saber, que é, segundo Saviani, onde reside "a importância política da educação".⁷⁸

Esclareça-se contudo: a consciência sobre o caráter dissimulador/revelador do concreto, da vida real, não implica por parte dos bibliotecários o domínio dos conteúdos do conhecimento pois aí ele estaria agindo como professor (o professor domina os conteúdos seqüenciando-o em etapas com grau crescente de complexidade de forma a possibilitar a transmissão e assimilação); não me refiro também aos especialistas de assunto (subject analysts, cuja formação em ciência (física ou social) é pré-requisito para o trato com a informação de área específica, especialmente nos processos de indexação e recuperação. Refiro-me mesmo ao não-especialista, ao bibliotecário sem formação específica em qualquer área como tem sido a formação dos bibliotecários brasileiros.

Não é o domínio em relação a conteúdos específicos que discuto (embora não vejo impropriedade no técnico de informação especializada) mas o posicionamento em relação ao caráter dissimulador/revelador que importa, pois esse conhecimento afinal diz respeito à vida material dos homens; o bibliotecário não pode se isentar deles se quiser fazer difusão do conhecimento efetiva.

Aclarando os limites da biblioteconomia na sua própria especificidade (organização do conhecimento e difusão norteada pelo conceito de relevância) podemos também avançar

⁷⁸ Demarval S. Escola e democracia. p.92

em termos de suas possibilidades. Aqui cabe aos bibliotecários-educadores a consciência de que o processo cultural aos olhos da Ciência da Informação fica restrito às demandas explícitas imputadas ao sistema de recuperação. A Ciência da Informação resolve a transmissão do saber no espaço restrito da análise pergunta-resposta. Os conceitos chaves da recuperação de informação, "revocação" e "precisão" dão bem conta dessa restritividade.⁷⁹

Assim a ciência da informação resolve os pedidos mas deixa sem solução o "silêncio dos vencidos". É por isso que a aproximação da prática bibliotecária com a prática educativa é projeto inadiável. Para o bibliotecário-educador-cientista de informações a luta pela socialização da cultura se coloca da mesma forma que para o professor:

"como na fase histórica atual as necessidades propriamente humanas serão satisfeitas pela mediação da satisfação das necessidades (interesses) da classe fundamental dominada e de seus aliados, isto é, da maioria da população, quanto maior clareza o professor tenha de que está inserido na referida luta pela socialização da cultura, e quanto mais intencionalmente toma posição favorável em relação ao segundo elemento da contradição, melhores condições ele vai adquirindo de exercer concretamente (e não apenas em palavras ou 'boas' intenções) sua função na direção da satisfação das necessidades propriamente humanas".⁸⁰ (grifo meu).

⁷⁹ Eratóstenes E.R. de Araújo. Revocação (recall) e precisão (precision).. p.47.

⁸⁰ M.L. Ribeiro. Idem, p.46

Esclareça-se contudo; a Ciéncia da Informação deve ultrapassar (não suprimir) a científicidade dos seus conceitos para que ela se torne prática pedagógica em sentido amplo: colaboradora na formação da nova cultura. A essa científicida de Gramsci recomenda revistí-la de

"concepção humanista histórica" para que o novo intelectual participe ativamente na vida prática, como construtores, organizador, persuasor permanente ... da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciéncia e à concepção humana histórica, sem a qual se permanece "especialista e não se chega a "dirigente" (especialista mais político").⁸¹

2.5 Da Precária Teorização em Biblioteconomia à Concepção Dialética da Educação

Até aqui tentei mostrar três teses principais:

1.. A Biblioteconomia para sair do pêndulo precisa concretizar-se na prática social;

2. Enquanto prática social a Biblioteconomia colabora na transformação social quanto mais ela estiver a serviço da disseminação de informações para todo o conjunto da sociedade de forma e possibilitar que a sociedade em seu conjunto se aproprie de informações (produzindo-as e reproduzindo-as).

⁸¹ Antonio Gramsci. Os intelectuais... p.8

3. Como a sociedade não é todo harmônico sem determinações mas ao contrário, ela se constitue a partir de determinações precisas, a disseminação/geração de informações, de conhecimento só terá sentido se for efetiva o suficiente para atingir aquelas determinações de forma a transformá-las.

O próximo passo seria tão somente uma documentação (já por demais facilitada pelo esforço que as três teses centrais exigiram) sobre o estado de teorização da Biblioteconomia por referência à concepção dialética da educação , uma vez que a aproximação da Biblioteconomia como prática educativa em sentido amplo é a tese específica que decorre da Biblioteconomia enquanto prática social. A documentação enriquece outrossim o discurso liberal que denunciei em relação ao profissionalismo e ao cientificismo, através de captar diretamente a relação biblioteconomia-sociedade, até porque a profissionalização e cientificismo (necessários mas não suficientes) só aparecem na fase posterior ao aparecimento da atividade mesma, quase que como refinamento dessa atividade.

O fenômeno biblioteca como coisa pública surgiu pari-passu com o nascimento da escola universal e gratuita no século passado; o discurso igualitário contudo permanece até hoje, embora com nova roupagem. Pretendo evidenciar essa insistência mas sem a preocupação de estruturá-la em correntes tais e quais, até porque as questões metodológicas da biblioteconomia enquanto área do saber, que desenvolverei nos capítulos seguintes, são, se propriamente consideradas, uma outra forma de expressão daquela postura liberal (a epistemologia de Popper por exemplo é confessada nesse sentido).

A excelente revisão de Susana Mueller⁸² sobre a relação entre biblioteconomia e sociedade abrangendo opiniões de aproximadamente um século (1880-1975), já me basta para situar a biblioteconomia nas "teorias não críticas" da relação entre biblioteca e sociedade. Embora essa revisão se refira somente aos autores americanos e ingleses (a autora justifica-se pela ausência de brasileiros apoiando-se na influência daqueles sobre estes), não faltam exemplos até recentes entre nós de teóricos postulando o sistemismo para a análise da biblioteconomia e sociedade, portanto convictos da harmoniosa relação entre biblioteca e sociedade.⁸³

Não há contudo um estudo estruturado sobre as teorias bibliotecárias, mas, considero o texto de revisão citado um ponto de partida, até porque a autora trabalha citando os autores e é nítida a concatenação dessas idéias ao longo do século unificadas numa única corrente filosófica: o humanismo com forte acento pragmatista. A sociedade aberta e fraterna é o pano de fundo da biblioteconomia "não crítica" cujo pressuposto é a harmonia social, pressuposto aliás que vige quer na formulações do bibliotecário inglês Stanley Jones na Inglaterra de 1881 quer no sistemismo contemporâneo.

⁸² S. Mueller. Op.Cit.

⁸³ Kira Tarapanoff. Biblioteca integrada e sociedade: referencial teórico, Ci.Inf., 13(1): 3-9.

Não é por acaso que Saviani⁸⁴ ao analisar as correntes da educação brasileira, distingue duas correntes no humanismo: tradicional e moderno. O humanismo moderno reveste-se de nova roupagem mas a concepção subjacente é a sociedade harmônica onde os desvios e contradições são accidentais e não constitutivos da própria sociedade. Ao negar as contradições do processo de produção social, que como vimos é uma contradição real, objetiva, "empiricamente visível", caracterizada na propriedade privada dos meios de produção, nega-se a exploração dos homens entre si: a insatisfação de muitos é tomada como "desvios accidentais" de poucos: é por isso que Stanley Jones na Inglaterra utilitária de 1881 defende a idéia de criação de bibliotecas para aliviar o cansaço de homens exaustos: "Sua defesa ressalva o baixo custo de um investimento que permitiria dar ao povo acesso à boa literatura, fazendo das bibliotecas públicas o meio mais econômico de se tentar manter 'homens exaustos e sem dinheiro fora das prisões, tribunais e asilos'".⁸⁵

⁸⁴ Essa linearidade na forma de entender a sociedade permanece a mesma quer no humanismo tradicional quer no moderno. Segundo o autor, "a concepção humanista seja na versão tradicional, seja na versão moderna, engloba um conjunto bastante grande de correntes que têm em comum o fato de derivarem a compreensão da educação de uma determinada visão de homem". Será essencialista no humanismo tradicional (religioso ou leigo) e dinâmica no humanismo moderno mas como precisa o autor, esse dinamismo da concepção de homem na vertente moderna é dada pela existência, existência não entendida na praxis social mas "em si" como princípio que precede a essência, daí ser o humanismo moderno centrado na "existência, na vida, na atividade" e as suas correntes serem o "Pragmatismo, Vitalismo; Historicismo, Existencialismo, Fenomenologia".

A concepção dialética marxista supera todas essas correntes humanistas porque não parte de uma visão de homem mas daquilo que ele é na prática concreta.

Cf.: Demerval Saviani. Tendências e correntes da educação brasileira. p.24-25.

⁸⁵ S. Mueller. Op. Cit. p.9

Sobre essa forma incorreta de entender a sociedade e a educação Saviani comenta: "A marginalidade é vista como um problema social e a educação, que dispõe de autonomia em relação à sociedade, estaria, por esta razão, capacitada a intervir eficazmente na sociedade, transformando-a, tornando-a melhor, corrigindo as injustiças".⁸⁶

Essa autonomia que a educação teria é outra vez negadora das condições sociais pois a sociedade assim concebida não teria determinações "em última instância" aparecendo como um todo integrado, tendendo ao equilíbrio homeostático tal qual ocorre no corpo humano: órgãos em estreita conexão de causa e efeito; qualquer anomalia é imediatamente absorvida pelo funcionamento geral do organismo. O princípio de identidade que formalmente vai dos gregos na antiguidade até Hegel no século 18 vige pleno na sociedade sistêmica funcional contemporânea (desenvolverei a questão dos princípios no próximo capítulo porque ela é central na teoria do conhecimento); cada organismo social possui uma função; os organismos culturais são como os biológicos possuidores de uma identidade inconfundível.

Contra essa suposta indeterminação do todo social Marx foi enfático: a base material (economia) determina todas as demais instâncias superestruturais:

⁸⁶ Demerval S. Escola e democracia. p.19.

"O conjunto dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta a superestrutura jurídica e política... o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral... ao mudar a base econômica, revoluciona-se, mais ou menos rapidamente, toda a imensa superestrutura erigida sobre ela... Quando se estudam essas revoluções, é preciso distinguir sempre entre as mudanças materiais ocorridas nas condições econômicas de produção e que podem ser apreciadas com a exatidão própria da ciências naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito e lutam para resolvê-lo. E do mesmo modo que não podemos julgar um indivíduo pelo que ele pensa de si mesmo, não podemos tampouco julgar essas épocas de revolução pela sua consciência, mas pelo contrário, é necessário explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção".⁸⁷

Se é verdade que a economia condiciona a ciéncia, as idéias, as leis, enfim todo o corpo de representação social, esse condicionamento não é absoluto, mas relativo, donde se pode apreender a autonomia relativa das práticas superestrturais; se não fosse assim, como entender o desenvolvimento teórico e a autonomia do próprio pensamento para redirecionar as bases materiais?

⁸⁷ K. Marx. Para a crítica da economia política. Prefácio. p.129-30.

Ao tocar nessas teses já tão conhecidas na teoria social, pretendo apenas tornar menos densa minha exposição. Ademais são pontos chaves para compreender a biblioteconomia em seus limites e possibilidades.

A biblioteconomia sempre esteve ligada à educação desde o seu nascidouro em fins do século 19 quase que ao lado da escola universal (mesmo que Stanley Jones a considere mais como válvula de escape dos trabalhadores). Quer na forma de biblioteca pública (funcionando aí como educação permanente), quer dentro da escola popularizada no âmbito das universidades deste século. Contudo ora a biblioteca se vangloriza de sua similitude em relação à escola, ora ela tira vantagens de não ser propriamente uma escola; em 1878 lia-se em Dewey: "Foi-se o tempo em que a biblioteca se parecia com um museu e o bibliotecário era um catador de ratos entre livros embolorados e os visitantes olhavam com olhos curiosos tomos e manuscritos antigos. Agora a biblioteca é uma escola, e o bibliotecário é, no mais alto sentido, um professor, e o visitante é um leitor entre livros como um trabalhador entre suas ferramentas".⁸⁸

Já em Dana (1906) lia-se: "Acredito que as bibliotecas sejam para os eruditos... acreditou que as bibliotecas sejam para dar prazer... acredito que bibliotecas sejam também para outros objetivos... que deveriam atuar como incentivos e estimulantes... que deveriam ser um estimulante mental

⁸⁸ Dewey. In: S. Mueller. p.11

da comunidade, deveriam ajudar a transformar o velho em novo o estranho em tolerável o novo em questionável, e tornar todas as coisas maravilhas".⁸⁹

Essa aproximação da biblioteconomia com a prática educativa, às vezes conscientemente, outras vezes à revelia dos bibliotecários nos é significativa para interpretar o ideário comum a ambas que é onde se identificam: a transmissão de informações. Torna-se secundário se a biblioteca está na escola (como na universidade) ou no centro da cidade (como a biblioteca pública): a sua ligação com a prática educativa é evidente.

Ao afirmar que a teorização em biblioteconomia está precária estou negando aos seus teóricos uma visão de conjunto da realidade social. Mueller faz valer algumas nuances no discurso bibliotecário ora tendendo a uma ênfase no indivíduo ora fazendo prevalecer o coletivo sobre o individual, mas o fato é que a visão de sociedade é idealizada nas duas posições; a sociedade é entendida como um somatório de indivíduos isolados e classe social não mais como a posição, o lugar concreto que os indivíduos acupam no processo de produção mas tão somente grupos, agrupamentos.

Não são portanto somente os autores explicitamente individualistas que defendem a biblioteca para o leitor individual na preservação do credo da neutralidade científica e

⁸⁹ Idem, p.13-4

a correlata liberdade de pensamento como defende a autora; mesmo as posições defendidas por Butler e sua escola de Chicago no qual Nitecki é gerado não conseguem ultrapassar os muros da personalidade isolada. Por acaso o usuário paradigmático da moderna ciência da informação em conjunto com a psicologia behaviorista seria alguém mais social?

Se fora do Brasil a ligação da biblioteconomia com o contexto social é idealista e portanto ingênuo, já começa aparecer entre nós análises mais realistas dando conta do jogo de forças que atuam na sociedade, embora com acento 'crítico-reprodutivista' acentuado.⁹⁰

Essa posição sem dúvida representa um avanço sem precedentes no entendimento das relações entre biblioteconomia e sociedade, mas a imperiosa determinação das relações de produção é outra vez negadora da autonomia relativa da cultura nacional; a metáfora do reflexo cai bem nesse reproduтивismo: a sociedade é reflexa, a cultura é espúria. A impossibilidade de transformação social surge nos dois casos: no primeiro as determinações sociais são ignoradas (a sociedade é harmônica) e no segundo as determinações acabam por se confundir com determinismos.

⁹⁰ Sonia de Conti G. Bibliotecas e sociedade na primeira república...

CAPÍTULO 3

3. A TEORIA DO CONHECIMENTO EM PLATÃO, ARISTÓTELES, KANT, HEGEL E MARX

A colocação da científicidade como mediação para o concreto, mas não o concreto mesmo é o que desenvolverei nesse capítulo, tendo em vista a teoria do conhecimento como um todo.

A questão fundamental dos filósofos de todos os tempos sempre foi entender as relações do sujeito com o mundo.

Alguns cortes na teoria do conhecimento são fundamentais e remetem a pensadores em quem obrigatoriamente teremos de nos deter: Platão, Aristóteles, Kant, Hegel e Marx. Não fugimos à tentação de predicá-los como grandes homens, grandes pensadores. Hegel no entanto nos ensinou que essa grandeza não é mérito individual somente mas representa a síntese do "Espírito do Povo" da época em que viveram, época essa sempre condicionada (agora o ensinamento vem de Marx) pela forma de organização do trabalho social.

Para o leitor iniciante nas questões filosóficas é sempre arriscado e complexo tentar uma síntese desses ensinamentos: quer se opte pelos manuais compendiadores quer se opte pelos textos originais, a tarefa é extremamente árdua e a rigor sempre incompleta.

A posição do iniciante, no entanto, não desobriga de um posicionamento epistemológico, sem o qual ninguém pode proferir o que quer que seja. No entanto e a despeito disso, sirvo-me da crítica que Hegel faz a Kant: há que cair n'água para aprender a nadar, isto é, o movimento do ato de conhecer se dá na apreensão mesma do que se conhece.

Peco portanto licença para caminhar...

A ciéncia da informação elegeu o modelo física lista de ciéncia para a construção do seu objeto (será tema do nosso próximo capítulo).

Contento-me por ora em explicitar o científicismo/fiscalismo como uma atitude pré-kantiana do conhecimento, o que nos incita a concordar com Goldman⁹¹ que o neo-kantismo é uma má interpretação do próprio Kant. E da mesma forma que lançaremos salva-vidas sobre a filosofia kantiana, também o lançaremos sobre Hegel para ser possível chegar a Marx. Isso porque da leitura dos manuais de filosofia e comentadores em geral, sobra com maior ênfase a crítica do pensador posterior sobre a contribuição anterior como se ao incorporá-la, a atual

⁹¹ Lucien Goldman. Origem da dialética. p.115-17.

Jesse
 contribuição já se pronta. O caso de Marx com Hegel é um exemplo clássico: Hegel seria na visão dos divulgadores o protótipo do visionário idealista a defender o monismo da Idéia sobre o Mundo, o Espírito Absoluto tudo movendo.

Ora, que o primado do espírito no idealismo é ponto pacífico já estava em Descartes e no próprio Kant na sua revolução copernicana. No fundo, o idealismo em qualquer de suas nuances privilegia o sujeito na construção do mundo: será o cogito cartesiano que em Kant se traduz no Eu transcendental, que em Hegel se traduz no Espírito Absoluto.

Há que cuidar, portanto, para não reduzir a questão dos pontos de partida entre o idealismo e o materialismo como sendo o primeiro irreal e absolutamente subjetivo e o segundo real e absolutamente objetivo (nem o Eu transcendental de Kant é tão subjetivo assim, visto que é formal e nem o Espírito Absoluto de Hegel é somente subjetivo visto que ele se objetiva nas instituições sociais (*welltgeist*)).

Tomemos, portanto, o começo de tudo isso: a metafísica clássica platônica-aristotélica, pois é contra ela que virá o primeiro corte epistemológico elaborado por Kant.

Pode-se dizer que a partir de Kant a metafísica clássica sofre um abalo geral. Surge com Kant a compreensão de que o conhecimento é relação e não contemplação.

Kant coloca em bases novas a questão cognitiva que até então estava separada radicalmente entre empiristas (Locke e Hume principalmente) e racionalistas (Descartes ini-

cialmente seguido por Leibniz e Wolff). Kant vai se inserir no seio dessas duas correntes para fazer-lhes a síntese.

O empirismo e o racionalismo são correntes que formalmente se sistematizaram a partir dos séculos 16, 17 e 18 mas na verdade, ambas as posições estavam impregnadas do pensar clássico porque quer a ênfase fosse o intelecto (todo o nosso conhecimento procede do intelecto) quer na experiência, ambas pressupunham uma ordem na natureza, ordem essa que era justamente a pedra do toque da metafísica platônica-aristotélica.

Que metafísica era essa?

Já Parmênides na filosofia grega do século VI antes de Cristo lançava um debate fecundo que iria perpassar o pensamento filosófico até Hegel no século 19: são os mesmos o ser e o pensar. O ser é aquilo que nós pensamos dele (veremos que essa tese é incontestável até mesmo para Hegel e Marx). Tu do depende contudo de como se considera o ser.

Para os gregos e toda a escolástica medieval o mundo sensível na sua aparência multiforme, colorido, variado, esse mundo mesmo onde vivemos é movimentado demais para ser objeto de conhecimento rigoroso, sólido, científico; a verdade requer universalidade e a realidade sensível, sendo contingente e particular, não pode encerrar em si mesma nenhuma verdade. A tese de Parmênides retomada por Platão é que somente o mundo intelegrável, imaterial é verdadeiro e objetivo, porque eterno e imutável. O mundo sensível não passa de uma reprodução imperfeita do mundo das idéias.

Aristóteles vai criticar essa duplicidade platônica negando a necessidade de dois mundos e colocando em res, nos próprios objetos do mundo toda a verdade objetiva. Mas Aristóteles não conseguiu fugir à perfeição das idéias daí dizer-se que ele é platônico) porque as coisas só podem ser conhecidas pelo seu conceito, pela sua definição. Se é verdade que só se conhece o contigente, o particular, o particular por sua vez só se explicita no universal (essa tese da mediação do particular com o universal também constitui um ganho da humanidade para sempre, mas em Hegel e Marx ela estará colocada em bases novas).

A questão toda então volta-se à pergunta clássica dos filósofos de todos os tempos, a questão ontológica: o que é o ser, o que é o mundo?

Diz-se que é Parmênides é um dos inspiradores da metafísica clássica por ter sido ele quase o fundador do princípio de identidade: o ser é aquilo que ele é e o não-ser não existe; constitui um absurdo alguma coisa ser aquilo que ela não é. Platão vai dizer que o ser da coisa está na idéia perfeita da coisa. Aristóteles dirá algo muito parecido: o ser da coisa está nela mesma, na sua substância cuja essência pode ser conhecida pelas suas causas, a causa formal, causa material, a causa eficiente e a causa final. De todas as causas, pode-se considerar a causa formal como a rainha das causas pois é ela que informa o ser das coisas dizendo-lhes sobre aquilo pelo que as coisas são o que são, aquilo que faz com que a coisa seja o que ela é, isto é, a própria essência da coisa. Fazer ciência nessa concepção é buscar o conhecimento dessas quatro causas.

Ora, se conhecer é conhecer o que a coisa é, o pressuposto é um mundo ordenado cheio de coisas inteligíveis em si mesmas. Essa é, aliás, a concepção de mundo para os gregos: o mundo é um cosmos ordenado, inteligível por si onde os homens e os deuses se submetem à superioridade do destino cujo princípio ordenador é imanente ao mundo; toda a inteligibilidade de está no interior do mundo (e não transcendente como no cristianismo a seguir), o homem está como que grudado ao mundo, ao presente, participando junto com os deuses do destino fatalista.

Convencionou-se denominar a metafísica aristotélica de realismo ingênuo porque à pergunta clássica dos filósofos (o que é o ser) respondia-se da forma mais simples e imediata possível: o ser é o que existe. Existe esta árvore, este livro, este homem.

A ingenuidade estava em que, colocando a verdade das coisas nas próprias coisas, ao homem não restava outro papel que não o de contemplar a verdade já dada nas coisas. A verdade está nos objetos; na realidade exterior ao pensamento (mesmo as idéias platônicas eram entes de razão, coisas por tanto). É a famosa transparência do real; a realidade está prenhe de verdade, de objetividade, tudo nela é intelegrável: o homem só tem que estar atento para tirar os véus que encobrem a verdade do real; a opacidade imediatamente se desfará (o verbo alethéa em grego significa descobrir); dando lugar à Idéia em Platão, à Essência em Aristóteles, todos sinônimos de uma mesma metafísica, cuja formalidade está nessa entificação do real; a causa formal das coisas não se faz processualmente, constituindo a realidade, mas já é dada na essência.

Cada coisa particular realiza aquela idéia/essência do universal. Quando se diz livro, árvore, homem, cada um deles é um universal, um conceito porque vale para todos os objetos e seres que realizam de modo particular, individual e objetivo a idéia dada na essência. E a essência de cada coisa é única, não se confundindo com a essência de outras coisas. O mundo passa a ser um mundo de essências separadas, cada qual com a sua própria identidade, isto é, com aquilo que faz com a coisa seja aquilo que ela é. Assim, cadeira não se confunde com livro que não se confunde com árvore que não se confunde com homem. A partir das essências de cada coisa distinguem-se as coisas, definindo-as.

Conhecer, na metafísica platônica-aristotélica, é classificar as coisas do mundo, agrupando-as em conceitos segundo as regras formais do pensamento, rotulando o mundo com conceitos, e agrupando-o em hierarquia de gêneros e espécies. O em-sí da metafísica significa o já-dado na essência de cada ente, o que possibilita as relações entre os estes apenas depois de constituídos na essência inconfundível de cada um - uma relação, digamos, a posteriori.

Essa forma grega de entender o mundo passou para a cristandade via Santo Agostinho que retomou Platão colocando a essência, o arquétipo, o princípio ordenador do mundo na mente de Deus e toda a escolástica medieval repetiu a mesma metafísica (agora não mais pagã) mas baseada nos mesmos princípios de eternidade das essencialidades.

O cogito cartesiano (penso logo existo) foi a primeira ruptura nesse edifício sólido das essências do mundo embora não se constituindo numa revolução plena porque ao transferir as essências eternas para o sujeito, o fez dogmaticamente, eliminando o próprio mundo ou só o tornando possível pela dedução do Eu, substancializando, portanto, o próprio sujeito.

Encontramo-nos no século 16 onde começam a se desenvolver o racionalismo cartesiano e em contraposição a ela, o empirismo inglês no século seguinte. Não vem ao caso detalhar as posições até porque todos os manuais de filosofia o fazem com maior ou menor ênfase. O importante é reter que quando Kant aparece no século 18 (e essa é sua genialidade) tanto o racionalismo francês quanto o empirismo inglês estavam ainda impregnados de aristotelismo, de substancialismo cujo pressuposto básico era o ordenamento do real, quer o primado fosse o intelecto ou a experiência, o mundo sensível, ordenamento dignos substancial/formal da realidade ou do pensamento.

Kant rompe com o substancialismo ao colocar o conhecimento como relação da experiência com o intelecto. Ciência, conhecimento objetivo para Kant não poderia ser nem os juízos analíticos a priori dos racionalistas nem os juízos sintéticos a posteriori como queriam os empiristas: os juízos analíticos não faziam o conhecimento crescer porque se bastam nas condições de universalidade e necessidade. Os juízos sintéticos a posteriori por outro lado não exigem a universalidade tão necessária à ciência. A ciência deveria conter ambos, portanto, os juízos científicos seriam sintéticos sim (porque a

ciência acumula descobertas de experiência em experiência) mas também essas experiências teriam de ser universais e necessárias para que fossem válidas em qualquer tempo e lugar (noção aliás de objetividade que veio conformar todo o cientificismo contemporâneo), portanto, também analíticos, também formais.

Essa formalidade do conhecimento teria que ser dada pelo sujeito aprioristicamente, isto é, tão logo ele entrasse em contato com a experiência. O conhecimento começa com a experiência mas é o sujeito que constrói esquemas interpretativos de arrumação dos dados da experiência e esses esquemas são como que inatos e a priori (todos os homens os possui, daí a noção do Eu transcendental de Kant e a noção de intersubjetividade tão cara à ciência hodierna). O Eu transcendental de Kant é transcidente ao sujeito empírico, apesar de estar em todos não se esgota em nenhum dos sujeitos empíricos e nem na soma deles por ser transcidente.

Kant queria salvar a ciência, a noção de saber objetivo pois na mãos do empirista Hume a ciência era impossível; todo e qualquer fato para Hume era contingente e de fato em fato não se podia chegar a uma generalização científica dado que a indução não passa de um conjunto de regras de associação psicológica e não lógica (modernamente Popper retoma Hume para fazer a crítica da indução mas mostrar-se-á insatisfeita com a solução inexorável de Hume).

Kant polemiza com Hume chamando-o cético (o empirismo é num certo sentido ceticismo) e confessa claramente que foi a leitura de Hume que o fez despertar do seu sono dogmático.

Essa guinada no "vetor epistemológico que vai seguramente do racional ao real" (como diria Bachelard) é o que caracteriza todos os idealismos. Idealismo significa em linhas gerais o primado do sujeito cognoscente na construção do objeto, da realidade. Descartes abre caminho para o idealismo propondo um racionalismo fundado no cogitus e Kant o consolida numa síntese do racionalismo e do empirismo. O idealismo cartesiano é tido por dogmático por ser inato e soberano em relação ao mundo. Kant não prescinde do mundo da experiência. A essa capacidade do sujeito de coordenar a realidade, Kant denominou a revolução copernica da filosofia; dava-se agora na filosofia a mesma revolução que se dera na ciência copernicana: da mesma maneira que Copérnico descobrira ser o mundo a girar em torno do sol, Kant propunha ser o mundo a girar em torno do sujeito. Experimentemos fixar o sujeito e deixemos que a realidade dance ao nosso redor. Não será mais um sujeito que se debruça por sobre a realidade para contemplar a verdade que já está lá mas será um sujeito ordenador da realidade a qual já não é mais um cosmos ordenado mas um caos desordenado, cuja chave de ordenação está no homem transcendental.

Três alemães aprofundam e desenvolvem o idealismo Kantiano: Fichte, Schelling e Hegel, mas é Hegel que vai marcar nova ruptura.

Chegamos então a duas posturas já nítidas e claras no pensamento filosófico: a metafísica clássica platônica-ristotélica onde o objeto é ativo em relação ao sujeito e o idealismo crítico de Kant onde é o sujeito que constrói o objeto (nesse sentido podemos dizer que a partir de Kant o objeto é sempre construído).

Hegel vai criticar as duas posições: quer a metafísica tradicional quer o idealismo crítico, ambos estavam baseados num princípio falso de constituição da realidade: não é a identidade o princípio constituinte do real. É a contradição. Não que o princípio de identidade tivesse informado a humanidade até aqui (século 18) e a partir daqui tivesse sido superado. O princípio de identidade estava falso desde o começo. O princípio que dá inteligibilidade ao real (princípio segundo Aristóteles, é aquilo de que tudo depende de algum modo), esse princípio, base absoluta da identidade entre o ser o pensar, não existia. Rezava a identidade que cada coisa é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto aquilo que ela é. Hegel vai dizer que nada é aquilo que é porque tudo está sendo, portanto o princípio da contradição instaurado por Hegel reza que cada coisa é e não é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto aquilo que ela é. Note-se que Hegel recupera a identidade do ser e do pensar: o ser é realmente o que pensamos dele só que a relação do ser com o pensar, do sujeito com o mundo é uma relação dialética por isso a adequação do pensamento à coisa ou da coisa ao pensamento não pode ser rígida ou exterior uma à outra porque não existe um sujeito anteriormente ao objeto ou um objeto anteriormente ao sujeito, mas se fazem um pela presença do outro numa união indissolúvel. Parar num dos polos é tirar fotografias, é imobilizar o real, é fazer abstração.

Hegel reconhece o mérito de Kant de ter colocado em relação o sujeito e objeto fazendo da ciência a síntese de ambos; essa triade para Hegel contém de fato "a verdadeira forma do pensamento" mas teria no entender de Hegel introduzido uma dicotomia insuperável entre o ser o pensar, entre o sujei-

to e o objeto. De fato o avanço de Kant foi enorme mas ele também não conseguiu ultrapassar os limites do seu tempo: partindo de uma ciência newtoniana já constituída, o problema de Kant era mostrar a legitimidade da física e metafísica postas em dúvida pelos empiristas. Kant também como professor de metafísica se perguntava se a metafísica era possível como ciência. Conclui pela separação radical entre ciência e metafísica; a razão só poderia ir até à ciência, aos juízos sintéticos a priori; para além da ciência existia um outro saber incognoscível pela razão teorética. A razão só poderia conhecer o sensível, o que aparece, o fenômeno; além do fenômeno a razão não pode entrar: são as questões clássicas da metafísica como a existência de Deus, a liberdade humana, a ética etc., apreensíveis não pela razão teorética mas pela razão prática. Daí a insuperabilidade entre teoria e prática: o saber científico fica como que descompromissado da ética moral, dos costumes. O ser em Kant fica dividido entre fenômeno e número ou coisa-em-sí incognoscível racionalmente; a coisa-em-sí fica como que no horizonte da razão como perfeição a ser buscada, mas nunca alcançada.

De fato essa dicotomia entre fenômeno e número dá margens a essa interpretação da irreduzibilidade entre teoria e prática, entre ciência e vida. Hegel não perdoará Kant por isso chamando a coisa-em-sí de abstração vazia e fantasmagórica e condenando a dualidade do ser e do pensar. Segundo Hegel a unidade do ser e do pensar é a base de toda a ontologia. Como unir sujeito e objeto? A metafísica clássica e o idealismo crítico não estavam totalmente errados, o problema é que eles separavam o sujeito do mundo pelo princípio de identidade:

Hegel instaura assim um sujeito que é a um só tempo objetivo e subjetivo. Não existe algo subjetivo por oposição a objetivo. No prefácio da Fenomenologia do Espírito Hegel diz: "Do mesmo modo as expressões: unidade do sujeito e do objeto, do finito e do infinito, do ser e do pensamento, etc., designarem o que eles são fora da sua unidade, na sua unidade deixam de ter o sentido que a sua expressão enuncia, é justamente assim que o falso, enquanto falso, deixa de ser, um momento da verdade".

O sujeito de Hegel, portanto, não é meramente ordenador do dado imediato (fenômeno vem do grego phaenomenon que significa manifestação, algo que vai aparecendo, se revelando), mas se constitui enquanto criador do real; o real por sua vez não é idêntico a ele mesmo possuidor de uma objetividade fechada em relação a ele mesmo e ao homem, o ser de cada coisa é contraditório e enquanto contraditório ele ao mesmo tempo que se revela, se esconde. A noção de revelação de algo que aparece já estava em Kant: o mundo do fenômeno, este que vemos e ordenamos. Só que em Hegel (como também em Marx) o fenômeno não está separado radicalmente da sua essência (identidade do ser e pensar) mas são momentos de um mesmo processo, cuja exteriorização ou manifestação é mediação, passagem para o seu não-aparecer e vice-versa; tampouco coincidem, como faz lembrar Marx, são momentos do ser inseparáveis (lembre-se o princípio da contradição: cada coisa é e não é ao mesmo tempo e sob o mesmo aspecto aquilo que ela é) e que só existem por e enquanto estiverem em contradição. A unidade do ser e do pensar que nos gregos se fazia por causa da identidade separada de ambos, em Hegel e Marx se faz na unidade dos contrários.

Precisemos, portanto, a passagem de Kant e Hegel: a questão do movimento era para os gregos um tormento. Como conciliar a contradição entre o movimento do mundo e o universal imóvel, imutável aonde verdadeiramente a verdade deveria estar abrigada? Essa contradição poderia ter e teve efetivamente duas soluções: ou o mundo que vemos era pura aparência (a verdade está na essência imutável) ou as categorias e conceitos representativos do real poderiam eles mesmos variar (solução que só Hegel ousou).⁹² Kant ficou no meio dessas duas posições: ele não abandonou a imutabilidade do mundo nem a imutabilidade do sujeito. Apesar de reconhecer que a totalidade estava na relação do sujeito e do mundo, fixou o sujeito e o dada, cada qual com sua própria identidade; sua epistemologia, apesar de crítica não fora radical.

Evitei até agora a questão dos pontos de partida entre idealismos e materialismos para não obscurecer de saída a genialidade de Hegel e a sua contribuição. O idealismo kantiano foi crítico mas não prático (a rigor somente Marx vai conseguir reunir vida e pensamento). O que Hegel fez foi descobrir o movimento do pensamento e do real, real que a sua época representava o auge da liberdade da razão posta pela revolução francesa, modelo de revolução burguesa. Hegel, dizíamos, fora mais radical que Kant porque entendeu a impossibilidade de separar sujeito e objeto, mundo e consciência de mundo, a tal ponto (aqui Marx faz nova ruptura) de considerar a realida de como exteriorização do Espírito: isso não significa que a

⁹² Idem, p.63.

realidade seja subjetiva, ao contrário, a filosofia hegeliana é uma filosofia interessada na realidade objetiva, mas como essa objetividade é posta pelo Espírito, a realidade necessita ser racional para se conformar à criação do Espírito. O que faz o professor Sigrist⁹³ afirmar:

"O que se há de entender por Espírito? É Deus? Pode ser e não pode. É uma divindade transcendente ao mundo? É e não é. Pode ter-se como sinônimo de Espírito: razão humana, humanidade. Não é a razão como aquela faculdade entre outras faculdades como vontade, os sentidos, faculdade sensitivas ou intelectivas".

O Espírito é, pois, o postulado originário de que parte Hegel. Duas frases pertendem ser a síntese de Hegel: "O ser é o mesmo que o não-ser" e "O real é o racional". A primeira sintetiza o movimento dialético do ser (esteriotipado depois nos três momentos (negação, contradição, síntese) e foi totalmente aceita por Marx que reconheceu ter sido Hegel o primeiro que soube expor, de um modo amplo e consciente "as formas gerais da dialética, do devir". A segunda sentença marca a ruptura entre Hegel e Marx pois em Marx a racionalidade do real só se concretiza com a supressão de exploração dos homens entre si nas relações de trabalho. Já para Hegel a alienação se passa na consciência e só a consciência elevada à condição de saber absoluto consubstanciada na concepção de Estado liberal burguês, libertaria os homens do seu necessário sofrimento. Marx dirá que o erro de Hegel foi supor que o Estado

⁹³ J.L.Sigrist. Anotações de aula. Curso de Filosofia da história, Unicamp, 1984.

seja homogêneo e não representação dos interesses da classe dominante.

A razão em Hegel (como aliás em todos os rationalismos) era o reino da liberdade do homem; aliás a crítica que Hegel faz ao idealismo racionalista de Kant era uma subordinação da Razão ao mundo, ao dado imediato do real; para Hegel o real era o realizável e não já o imediatamente dado: esse era aparência, manifestação. A razão deveria ser capaz de não só mamente ordenar o real mas de criá-lo. É nesse ponto crítico que Marx faz a ruptura insuperável: a construção do objeto pelo pensamento se faz na forma de reproduzir o real mas não de criá-lo. Que o concreto não se dá imediatamente, sendo a síntese de muitas determinações, isso está no cerne da dialética hegeliana, ascender ao concreto, elevar-se ao concreto por meio de abstrações através de um longo processo da consciência é quase toda a genialidade de Hegel.

Ao expor o "método cientificamente correto" de ascenção do abstrato ao concreto Marx vai criticar a ilusão de Hegel que "caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento".⁹⁴ O pensamento para Marx apenas reproduz a realidade (é por aí que os pontos de partida entre idealismo e materialismo se diferenciam radicalmente). Mas essa reprodução novamente não é reflexa (senão estariamos em plena metafísica aristotélica) mas prenhe de subjetividade humana, subjetividade que não significa relativismo, interioridade psicoló-

⁹⁴ Karl Marx. Para a crítica da economia... p.117.

gica mas prática concreta, ação como o próprio Marx coloca na I tese contra Fuerbach (o caráter ativo e subjetivo do sujeito em Marx extrapola a simples epistemologia - por ser o cerne do marxismo, desenvolverei adiante o que significa a ação do sujeito, tendo em vista principalmente dar conta da restritividade do método científico clássico frente à dialética marxista).

Mas se Hegel não ignora a realidade concreta, ao contrário, sua filosofia foi de todos os racionalismos a grande ruptura em direção à realidade, que consequências traz o seu "monismo da idéia sobre o mundo?" Significa um certo dever ser, uma certa moralidade racional que fica presa aos valores espirituais. Nesse sentido Hegel não difere muito de Kant: são racionalismos que necessariamente passam por categorias éticas e morais: essa característica dos sistemas filosóficos alemães se deve na análise de Goldman à situação de atraso político-social da Alemanha em relação à França e Inglaterra de então. Alemanha com um idealismo moral, França com um racionalismo epistemológico, Inglaterra com o empirismo céitico eram atitudes condizentes com a situação econômica de cada formação social que nos séculos 17 a 19 se desenvolviam diferentemente. Na Inglaterra comportava um empirismo epistemológico pois a sua burguesia comercial e industrial já no século 17 se consolidara no poder: era mais fácil aceitar o dado real. A longa luta da burguesia francesa contra o antigo regime possibilitava um voo da razão sobre a realidade, que para aquela burguesia era já quase realidade mesma - daí que esse racionalismo está mais perto das matemáticas e geometria do que propriamente da ética e moral. A Alemanha restava fazer a revolução do pensamento como o próprio Marx satiriza.

Lukacs⁹⁵ traduz o descompasso entre o ser e o pensamento nessas filosofias idealistas (de Kant e Hegel principalmente) no "dilema do fatalismo de leis puras e da ética das intenções puras". Se o "método cientificamente correto" que Marx descreve n'O Método da Economia Política, de ascender ao concreto, está na base da genialidade do próprio Hegel, o revirar o método, colocando-o sob seus próprios pés, necessita ser entendido para além de uma correção meramente epistemológica. Não é simplesmente admitir que o ser determina o pensamento mas compreender a ruptura que o sujeito-objeto de Marx opera no sujeito-objeto de Hegel: a negação da ordem liberal burguesa, base da alienação do homem. Por ter admitido essa ordem como a que traria a liberação da miséria humana consubstancializada na idéia de um Estado homogêneo e representante dos interesses universais dos homens (as categorias universais dos racionalismos), Hegel recebeu de Marx a mesma crítica que fizera a Kant: o não ter superado a dualidade do ser e do pensar, do sujeito e do objeto, dualismo que para Marx só se resolve no processo de produção, no trabalho humanizado.

A questão epistemológica de Marx necessita ser compreendida no seio da sociedade capitalista. Apenas para marcar a ruptura do Hegel e Marx com relação à importantíssima noção de concreto pensado: Marx concorda com Hegel que o concreto é complexo e não dado (por isso há que subir, ascender a ele) mas apesar de só ser apreendido pelo pensamento (e não

⁹⁵ Georg Lukacs. História e consciência de classe. p.54.

sensivelmente - "e não pela pele" como diz Limoeiro⁹⁶) - não é o pensamento que cria o real, o pensamento apenas reproduz o real. Apesar da noção de concreto pensado já fazer parte da pesquisa educacional brasileira ela ainda não está incorporada na pesquisa bibliotecária, razão pela qual insisto nessas passagens de Marx:⁹⁷ "O método cientificamente correto" não é partir do todo concreto pois esse é sempre síntese para o pensamento; à essa síntese chega-se não por uma prévia análise cartesiana de decomposição do todo porque ai chegando não se teria o concreto como "síntese de múltiplas determinações" mas sim "determinações abstratas". Ao contrário, se se partisse das determinações abstratas, essas conduziriam "à reprodução do concreto pela via do pensamento". As determinações abstratas por outro lado só podem ser retiradas do real mas nessa fase inicial, o real não é ainda o concreto (diferença entre empírico e concreto) Marx diz:⁹⁸

"Parece que o melhor método é começar pelo real e pelo concreto que são a condição prévia e efetiva... Assim se começassemos pela população teríamos uma visão caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegariamos a conceitos cada vez mais simples... Partindo daqui (Marx já está se referindo às determinações mais simples por ele considerado o verdadeiro ponto de partida e portanto o verdadeiro método), seria necessário caminhar em sentido contrário até chegar finalmente de novo à população, que não seria dessa vez, a representação caótica de um todo, mas uma rica totalidade de determinação e de relações numerosas".

⁹⁶ Miriam Limoeiro. Anotações de conferência. PUC-SP, 1984.

⁹⁷ Karl Marx. Para a crítica da economia... p.116-17.

⁹⁸ Idem, p.116.

A reprodução do real pelo pensamento só pode se dar pelo pensamento "O todo, na forma em que aparece no espírito como todo-de-pensamento, é um produto do cérebro pensante, que se apropria do mundo do único modo que lhe é possível".

Essa apropriação do real pelo pensamento teria enganado Hegel no entender de Marx:⁹⁹

"Por isso Hegel caiu na ilusão do conceber o real como resultado do pensamento..., enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas esse não é de modo nenhum o processo de gênese do próprio concreto".

Essa última frase é decisiva contra Hegel e marca a ruptura entre idealismos e materialismos: o pensamento, a representação supõe um mundo independente do sujeito cognoscente, mas esse mundo objetivo só pode ser captado subjetivamente como prática social, portanto nem a consciência reflexa do realismo ingênuo, nem a relação ordenadora da consciência transcendental kantiana nem a total identidade do ser e do pensar pelo pensamento, da Razão como em Hegel. A concepção de praxis em Marx supera os idealismos e os materialismos colocando ambas as posições como abstratas porque unilaterais, como lembra Vasquez:¹⁰⁰

⁹⁹ Idem, p.117.

¹⁰⁰ Adolfo S. Vasquez. Filosofia da praxis. p.150.

"A intervenção da praxis no processo de conhecimento leva à superação da antítese entre idealismo e materialismo, entre a concepção do conhecimento de objetos produzidos ou criados pela consciência, e a concepção que vê no conhecimento uma simples reprodução ideal de objeto em si. Isto é, ao converter-se a prática em fundamento, critério de sua verdade e finalidade de conhecimento, as duas posições tem que ser transcendidas, e da mesma maneira que não é possível ficar, uma vez admitindo o papel decisivo da praxis, numa teoria idealista do conhecimento, também não é possível continuar atendo-se a uma teoria realista como a do materialismo tradicional, que não passa de um desenvolvimento do ponto de vista do realismo ingênuo".

Assim, o materialismo de Marx não autoriza a inversão do monismo da idéia sobre o mundo para o monismo do mundo sobre a idéia (normalmente os idealistas traduzem esse mundo por matéria), e a inversão se completaria como um monismo da matéria sobre o pensamento. Não é demais lembrar que a matéria de que fala Marx é a matéria social, os homens produzindo em condições determinadas. A realidade física para Marx não está solta, à margem do sujeito, se bem que ele admite a existência da natureza em si, mas ela está de tal forma humanizada ou passível de humanização que "exceto talvez algumas ilhas coralíferas australianas de formação recente, já não existe hoje em parte alguma".¹⁰¹

O corte epistemológico de Marx, já o dissemos, não é epistemológico somente por estar intimamente ligado à

¹⁰¹ K. Marx. In: Vasquez Op.Cit. p.154.

vida prática dos homens: o epistemológico se confunde com o econômico; a identidade do sujeito com o mundo em Marx se faz no ato mesmo de criar as condições de subsistência, criando o mundo ao se criar, lá no processo de produção onde na sociedade capitalista, o produto do trabalho humano é alienado do produtor, surgindo dele e voltando-se contra ele como coisa estranha - a alienação não da consciência (em Hegel) mas da objetivização da consciência no trabalho, no fazer humano porque para Marx a produção não é uma categoria meramente econômica - "a produção de objetos que satisfazem necessidades humanas - mas fundamentalmente por seu conteúdo filosófico, na medida em que a produção é, para Marx, auto-produção ou auto-criação do homem".¹⁰²

Há que dar conta da reificação gerada pelas relações capitalistas de produção para poder explicar agora o cerne desse capítulo: a restritividade do método científico experimental para em seguida mostrar concretamente essa restrição na construção do objeto em biblioteconomia.

3.1 O Cientificismo como Consequência do Kantismo (ou da má Interpretação de Kant?)

A ascenção de Kant a Hegel e a Marx não foi uma ascenção tranquila e nem foi aceita harmonicamente pelos homens dos séculos 18 e 19; apesar de poderem ser apresentados

¹⁰² Adolfo S. Vasquez. *Idem*, p.139-40.

num continuum a passagem de um a outro só foi possível através de rupturas profundas. Vimos que embora idealistas, Kant e Hegel estão separados pela categoria da contradição vislumbrada por Hegel como a base de constituição da vida material e imaterial.

De Kant, Hegel aprendeu a participação do sujeito na construção do real mas como para Hegel o Espírito é o postulado fundamental e absoluto de tudo o que existe, o Espírito através do seu negar-se e afirmar-se como que cria as suas manifestações, se realiza nas suas manifestações (já vimos que dizer que o Espírito cria o mundo, significa que o Espírito é o mundo, é o que faz Garaudy esclarecer que a frase "o espírito cria o mundo" é um absurdo até para o próprio Hegel, uma vez que o Espírito não precisa criar nada visto que ele é o mundo).¹⁰³ O Espírito entendido como postulado - algo para o que não se pede provas, apenas se pede que acredite nele tal qual os postulados das matemáticas; o Espírito assim entendido não permite o simplismo de que o mundo real para Hegel não existe. O Espírito existe no mundo, esse mundo em que vivemos tem uma dimensão material e imaterial. O Espírito se exterioriza, se objetiva na cultura, nas instituições sociais, é empiricamente observável. Para Hegel tudo é manifestação do Espírito. Eis aí a radicalização do idealismo hegeliano: o mundo real deve ser racional porque o Espírito o é e já que a realidade é a manifestação daquela racionalidade absoluta do Espírito ela também deve ser racional.

¹⁰³ Roger Garaudy. Para conhecer o pensamento de Hegel. p.103.

Se Kant admitia e era admirador da física newtoniana, o seu racionalismo não era absoluto: a razão humana soberana tipifica todos os idealismos; em Kant, porém, a razão ordena o real mas o real ainda permanece íntegro antes como de pois da ordenação. Hegel é mais radical porque não aceita o real como real mas apenas como aparência, manifestação do Espírito.

Agora sim podemos dizer sem simplismos que Kant aceita o mundo dado como ele é enquanto que Hegel não aceita o mundo como ele é porque o mundo devém (com o que Marx está de pleno acordo).

Ora, se em Hegel o real (o ser e o saber sobre o ser, a realidade e a representação da realidade) são contraditórios, negação e contradição são categorias chaves, donde a idéia de processo. É somente após Hegel que a categoria processo passa a ter a vigência a que hoje estamos habituados.

Ora, sabemos que no século 18 as ciências ainda não tinham adquirido autonomia em relação à filosofia; essa autonomia virá com Augusto Comte no século seguinte cuja reivindicação máxima era pleitear a autonomia para cada região particular do saber, dado que essas regiões setorizadas continham já o verdadeiro saber não necessitando mais do que uma unidade metodológica para atingirem o statuto de saber absoluto (que para Comte vai se traduzir em saber relativo uma vez que ele entende a relatividade do saber mais por aposição à metafísica).

do que propriamente como "uma questão relativa à constituição de um mundo de objetivações possíveis da realidade").¹⁰⁴

Temos então um século 18 onde brilha o todo enquanto que no século 19 brilham as partes. Ora, a categoria de totalidade é evidente no hegelianismo mas não tão evidente no kantismo, o que vai gerar mal-entendidos e más interpretações do próprio Kant, das quais o scientificismo pode ser considerado um afiliado direto.

Toda a trajetória até aqui sobre a teoria do conhecimento tem por finalidade ressaltar a restritividade do mé todo científico clássico, situando-o como consequência de más interpretações de Kant. Falta-nos competência para corroborar totalmente a tese de Goldman¹⁰⁵, o que exigiria estudo mais aprofundado de Kant. Contudo como primeira aproximação às questões filosóficas, convence-nos as suas argumentações, tanto mais que ao perseguirmos as posturas do neo-kantismo em geral, aquela crítica se confirma. De Kant partem determinadas correntes que não levam a Hegel e muito menos a Marx nas quais a Biblioteconomia foi buscar o seu modelo epistemológico, o que de certa forma restringe e quase impede a sua passagem para a prática social. É o que justifica essa trajetória pela teoria do conhecimento, traduzida das leituras filosóficas que fiz na forma mais acessível que pude (até porque foi dessa forma simples que consegui captar todas as posturas epistemológicas).

¹⁰⁴ Habermas. Conhecimento e interesse. p.98.

¹⁰⁵ L. Goldman Op.Cit.

Antes de precisarmos o neo-kantismo e o neo-empirismo (sedes do cientificismo) como más interpretações de Kant e por isso posturas até pré-kantianas do conhecimento, precisemos o seguinte: Kant era um admirador e estudioso das ciências físicas portanto, alguém que considerava as ciências como um saber objetivo, cuja objetividade era dada aprioristicamente pelas formas inatas do entendimento e da sensibilidade (portanto a objetividade não poderia ser confundida com subjetivismo ou psicologismos) enquanto que Hegel considerava as matemáticas e ciências apenas passagem para o saber absoluto, nutrindo mesmo um certo desprezo pela matemática por causa da abstractividade formal que ela implica. Ao respeitar as ciências constituídas, Kant precisa um método de legitimá-las, método que permanece exterior ao conteúdo analisado.

Em Hegel o método é o próprio conteúdo. Diz-se então que em Kant a forma está separada do conteúdo, enquanto que em Hegel esses elementos só podem existir porque e enquanto se opõem. Daí não existir para Hegel como para Marx uma diferença apenas quantitativa entre fenômeno e coisa-em-sí. Em Hegel e Marx conhecer o fenômeno não é ainda o saber absoluto, o saber total, que só pode se explicitar na coisa-em-sí onde está a gênese da coisa a fim de entendê-la como processo, como devir, o que aponta claramente para a totalidade como a única categoria que dá inteligibilidade ao real.

Ora, Kant dá margens a duas interpretações: ou se entende que filosofar é circunscrever-se ao fenômeno e, portanto, perguntar-se pela possibilidade dele e esquecendo-se totalmente da coisa-em-sí como absurdo grosseiro e destituído

de sentido (oposição que assumiu o neo-kantismo e o neo-positivismo modernos para não falar no próprio Augusto Comte e sua teoria dos três estágios) ou considera-se as limitações da filosofia kantiana como limitações da consciência possível, dando Kant como abertura para Hegel e Marx como faz Goldman, se bem que no seio do marxismo também não há lugar para a coisa-em-sí incognoscível.

Segundo Goldman, a coisa-em-sí aponta para a totalidade e o fato de Kant ter reconhecido a finitude e limitação da razão humana não autoriza eleger os fenômenos como os únicos problemas a que o homem deveria aspirar; ao contrário, Kant estaria dando conta da trágica limitação humana que só poderia racionalmente conhecer os fenômenos, mas incessantemente aspirar à totalidade, ao absoluto.

Se o pensamento burguês clássico que começa a se formar no século 17 e 18 pressupunham a liberdade e o individualismo (ligado naturalmente à propriedade privada), Kant teria sido na tese de Goldman o "primeiro pensador moderno que reconheceu a importância da totalidade como categoria fundamental da existência, categoria que para ele sempre foi problemática".¹⁰⁶

A totalidade está no cerne da dialética hegeliana-marxista. No neo-kantismo e neo-empirismo ela foi radicalmente eliminada, o que fez Goldman distinguir essas correntes

¹⁰⁶ Idem, p.25-6.

como más interpretações de Kant, possibilitando agrupar Kant como Hegel e Marx (guardando naturalmente todas as rupturas que apontamos).

O movimento de retorno a Kant que originalmente se dá na Alemanha como uma reação ao positivismo comteano francês assemelha-se a Comte ao negar a existência da coisa-em-si incognoscível; distancia-se do positivismo porque não confere à ciência um valor absoluto se bem que o próprio neo-kantismo acaba sendo uma reflexão crítica sobre as ciências. Comte, no século 19, já não se perguntava sobre o valor das ciências; a leitura menos atenta dos seus textos básicos O curso de filosofia positiva e o Discurso sobre o espírito positivo dá conta de uma secundarização do sujeito em relação ao mundo-dos-fatos: a insistência de Comte sobre a legalidade dos fatos, seu funcionamento em detrimento da causa, a certeza sensível e metódica, nada disso põe em discussão o sujeito que constrói esses fatos, o que era a problemática central de Kant, retomada pelos neo-kantianos que a dão como a sua grandiosa vantagem sobre o positivismo.

Quem são os neo-kantianos?

Na sequência de Abbagnano alguns nomes mais famosos: Renouvier, Windelband, Rickert, Cohen, Natrop, Cassirer e Brunschvicg (esse último foi o mentor de Bachelard). A premissa básica do neo-kantismo é crer na realidade da objetividade do conhecimento, fazendo aquela inversão idealista a qual Guimarães de Mello se referiu na polêmica com os estruturalistas franceses: ao invés do conhecimento ser resultado do lidar do homem na prática, passa a ser um em-sí a explicar a vida, a

explicar o mundo. E já que o conhecimento está hipostasiado e separado do homem e do mundo, ao homem cabe utilizar o conhecimento como um instrumento autônomo de aproximação ao mundo, "cujo esforço em relação à totalidade é somente quantitativo";¹⁰⁷ a essencialidade se resolveria na maior ou menor aproximação do sujeito cognoscente ao objeto. Assim, o sujeito permanecerá sempre um sujeito apenas cognoscente mas não transformador.

Remeto o leitor a Abbagnano¹⁰⁸ onde aqueles autores são apresentados exatamente com essas características citadas, privilegiando ora os valores como Windelband e Rickert (escola de Baden) ora a lógica investigatória das ciências (Escola de Marburgo com Cohen e Natorp).

Por aí se vê a procedência da crítica de Goldman: o individualismo que permeia a filosofia neo-kantiana se expressa entre outras coisas nessa rígida separação entre o sujeito e o objeto cuja interação só ocorre por mediação da consciência individual que tem a capacidade sintetizadora comum a todos os seres da comunidade de seres inteligíveis, a consciência transcendental.

Não é diferente do ponto de vista da crítica de Goldman, a situação da Escola de Viena cujo pressuposto é a mesma sociedade individualista e atomista, sociedade funcional onde vige pleno o princípio de identidade. Também chamado de

¹⁰⁷ Idem, p.116.

¹⁰⁸ Nicola Abbagnano: História da filosofia, v.12. p.139-203.

positivismo lógico ou empirismo lógico ou ainda idealismo lógico, o Círculo de Viena com Schlik, Wittgenstein, Carnap e outros reduzem o problema filosófico à linguagem científica respaldada na verificação empírica dos enunciados lógicos. Reduplicam assim a velha problemática kantiana da síntese entre racionalismo e empirismo: nem os dados sem as teorias de amarração, nem as teorias sem a comprovação dos fatos.

3.1.1 Bachelard e Popper

Ainda um breve comentário sobre dois epistemólogos oriundos dessas duas correntes: Do neo-kantismo vai aparecer no cenário francês Bachelard e dos meios vienenses surge Popper, o austriaco polêmico. Não aprofundarei nenhum deles mas cito-os porque eles fizeram-me entender melhor a precariedade da síntese kantiana entre razão e empiria da qual são representantes. Nem Bachelard nem Popper aceitam a abstratividade de raciocínio puramente formal ou da experiência puramente empírica, ambos tentam a síntese entre racionalismo e empirismo. Bachelard fala na dialética razão-experiência e denomina o seu método de surracionalismo ou racionalismo aplicado:

"Qualquer que seja o ponto de partida da atividade científica, esta atividade não pode convencer plenamente se não deixando o domínio de base: se ela experimenta, é preciso raciocinar; se ela raciocina, é preciso experimentar".

Popper denomina o seu método falseacionista de racionalismo crítico e entitula-se a si próprio muito sugestivamente "O mundo é razão".

vamente de empirista e racionalista a um só tempo e tal qual Bachelard, Popper também não aceita uma ou outra corrente isoladamente, embora a sua lógica da pesquisa científica também não leve a uma superação entre o sujeito e o objeto; de resto, essa dicotomia não está superada também em Bachelard.

O posicionamento conjunto de Bachelard e Popper como sendo a um só tempo racionalistas e empiristas permitiu-me entender melhor agora o porque que o racionalismo é o outro nome da empirismo na síntese kantiana: não o racionalismo e empirismo clássico de Descartes e Hume, que já estão largamente superados, mas no moderno sentido do juízo sintético a priori de Kant, isto é, síntese de algo construído pela razão com os dados da experiência. Um mínimo de lógica hegeliana é suficiente para perceber que todas as categorias de Bachelard como rupturas, obstáculos, vigilância são de plena vigência em Hegel - embora Bachelard¹⁰⁹ não aceita a contradição, a negação e a totalidade tal qual estão em Hegel.

¹⁰⁹ Uma das razões que coloca Bachelard no cenário da epistemologia francesa contemporânea é o fato dessa epistemologia propor a reconstrução genética do saber, portanto revelar-se como uma epistemologia histórica. Bachelard se propõe a historiar as ciências mas não na forma descriptiva; trata-se de determinar a gênese originária de cada ruptura do caminho processual da ciência, o que o coloca numa perspectiva privilegiada quando comparado com epistemologias marcadamente formais como por exemplo, o neo-positivismo. É aliás contra o positivismo que Bachelard se insurge como aliás o idealismo francês do século 19, idealismo que está na base das concepções bachelardianas (Cf.: tese de doutoramento de Constança M. César. A influência de Brunschvigh na concepção evolutiva do conhecimento científico em Gaston Bachelard. p.20-8).

Quanto a Popper, o seu esforço gigantesco para trocar a indução pela dedução não chega a perturbar a forma como

A historicidade da epistemologia bachelardiana contudo se restringe à reconstrução dos conceitos científicos no interior da teoria científica; a verdade é histórica para Bachelard no sentido de ser sempre relativa, aproximativa, daí as categorias de ruptura, erro, processualidade do saber. Comentei recentemente um livro sobre as questões de construção do objeto no serviço social num artigo para a revista Reflexão da PUCCAMP que entitulei Bachelard e Marx: o livro de Alice Chacur em debate, onde questionei a impropriedade com que a autora propõe Bachelar para analisar a sociedade. Impropriedade agravada pela contraposição proposta entre Bachelard e Marx. Lembrava naquela ocasião que não era meu intuito promover nenhum demérito junto à epistemologia de Bachelard mas causava-me espanto que Bachelard estava sendo apontado para a análise do social. E ainda em detrimento do próprio Marx!

Ora, Bachelard nunca se propôs a estudar a sociedade!

Foi epistemólogo da física, química e matemática. Assim, na compreensão da dialética razão-experiência de Bachelard é preciso não confundir experiência com concreto em Marx.

Bachelard e Marx se aproximam se interpretarmos o real, na frase famosa de Bachelard sobre a direção do vetor epistemológico, (que vai "seguramente do racional ao real") como "síntese de múltiplas determinações". Tal qual Marx, Bachelard é absolutamente contra a metodologia positivista que não distingue essência e aparência. Todo o esforço epistemológico de Bachelard é no sentido de superar as pré-noções, o substancialismo, o sendo comum, as posturas realistas. A questão é quanto ao objeto sobre o qual é pensado aquele dinamismo epistemológico.

Quando se trata do ser social, da sociedade, aquelas categorias dinâmicas necessitam de serem historicizadas nas relações de produção, de onde emergem a ciência e seus constructos. Bachelard não pode ser condenado por ter feito epistemologia das ciências, físicas, químicas e matemáticas. A riqueza das suas categorias epistemológicas devem ser remetidas ao objeto analisado. É a mudança de objeto que reorienta a concepção das categorias. Quando se vai tratar de fenômenos diretamente sociais como analfabetismo, desemprego, marginalidade, a simples suposição de categorias como vigilância epistemológica, ruptura, apontam inevitavelmente para as categorias como relações e modo de produção que são categorias ausentes em Bachelard. Não quer dizer que sejam categorias ausentes nas ciências naturais. Apenas que Bachelard não se preocupou com elas. Nem por isso a sua epistemologia está incorreta ou insuficiente. Até porque quem faz a Miséria do historicismo é Karl Popper. Esse sim vai defender a unidade metodológica pelo lado das ciências físicas. À Bachelard não pode ser imputado esse fiscalismo arrogante.

Uma diferença contudo entre Marx e Bachelard precisa ficar clara: o objeto em Marx é real, existe. Não se trata de "construí-lo" e nisso Marx rompe não só com os idealismos mas também com todos os positivismos.

Cf.: Gaston Bachelard, O novo espírito científico. p.92.

venho problematizando a síntese entre o ser e o pensar porque quer se parta dos dados para se chegar às teorias (como propõe o Círculo de Viena) quer se parta das teorias para se chegar aos dados (Popper), a identidade formal do dado, da experiência permanece rígida consigo mesma, desconhecendo a contradição, quer do mundo, quer da razão transcendental.

A substituição do critério de verificação do Círculo de Viena pelo critério de falsificação ou testabilidade não muda em nada o caráter restringido da experiência controlada pela consciência transcendental. A razão transcendental é uma estrutura mental válida para todos os sujeitos individuais: todos os homens a possuem portanto a razão individual do pesquisador ou a soma das razões individuais (o que dá no mesmo) funciona como o locus da verdade. É verdadeiro aquilo que pode ser verificado ou confirmado (Carnap) pela observação sensível, empírica ou aquilo que pode ser testado, falsificado (Popper) pela mesma observação sensível, empírica.

Quer a experiência controlada entre no começo da pesquisa para gerar as hipóteses nomológicas, os enunciados de lei, quer no final do processo para corroborar tais enunciados, o pano de fundo do critério de verdade aí implícito é a noção de objetividade restringida pela intersubjetividade da consciência transcendental.



Em Popper¹¹⁰ isso fica transparente:

"Meu uso do termos 'objetivo' e 'subjetivo' não é diferente do uso kantiano. Ele usa a palavra objetivo para indicar que o conhecimento científico deveria ser justificável independentemente do capricho de qualquer pessoa: uma justificação é 'objetiva' se qualquer pessoa pode em princípio testá-la e entendê-la. 'Se alguma coisa é válida', escreve ele, para qualquer pessoa de posse de suas razões, então seus fundamentos são objetivos e suficientes'. Ora, sustento que as teorias científicas nunca são inteiramente justificáveis ou verificáveis, mas que, no entanto, são testáveis. Direi, portanto, que a objetividade dos enunciados científicos reside no fato de que eles podem ser testados intersubjetivamente".

Até Popper, conhecimento objetivo é aquele que pode ser verificado. Em Popper torna-se aquele que é passível de falseamento. Em qualquer dos critérios (indução ou dedução), a intersubjetividade é o consenso em toda a metodologia da ciência, tanto no pragmatismo americano de Dewey e Pierce influenciados pelo próprio Círculo de Viena (esse último gerando quase tudo o que se discute hoje nos manuais de metodologia da pesquisa quanto a leis, teorias e método científico) quanto ao próprio Popper que é o ponto final de novidade em teoria da ciência que os metodólogos conseguem captar.

A pergunta inicial de Kant - que posso saber - é logo substituída pelo pragmatismo imediatista do "como fazer"

¹¹⁰Karl R. Popper. A lógica da investigação científica. p.17-8.

para garantir aquela objetividade já aceita da lógica de investigação. Toda a metodologia da pesquisa tal qual insistem os manuais compendiadores acaba em abstração estéril por absoluta indiferença aos conteúdos de que trata a pesquisa, resultando naquele "conhecimento defeituoso...espécie tal que a filosofia tem o dever de desprezá-la" (Hegel¹¹¹ expõe já no prefácio da Fenomenologia do Espírito a inferioridade das matemáticas e do entendimento em geral que imobiliza a realidade; tal "movimento do saber, passa, por conseguinte sob a superfície, não toca a coisa mesma, não atinge a essência ou o conceito, e por essa razão, não é um conceber").

Daqui pra frente a discussão é bem conhecida: é o positivismo científico e a-histórico das metodologias e das lógicas formais presente nos neo-kantismos e neo-empiristas de parando-se com a historicidade em Hegel e Marx. Hegel temporalizou todo o real com a filosofia da negação: tudo é devir, tudo é tempo, tudo é histórico. Marx situou as determinações materiais de cada época histórica.

Temos então dois critérios de verdade, dois critérios de objetividade científica: um restrito e abstrato baseado na noção de verdade absoluta hipostasiada fora da história no "realismo dos universais" que ao tempo de Aristóteles é da escolástica medieval se encontra na essência eterna que transplantada para o nosso tempo vai dar na lógica da pesquisa - a verdade situa-se num "pico montanhoso usualmente envol-

¹¹¹ F. Hegel. Fenomenologia do espírito. p.25.

to em nuvens" - metáfora preferida de Popper¹¹² para expor a noção de verdade como um princípio regulador, inspirado em Kant e Pierce. Outro critério é a verdade como processo que em nenhum momento pode abandonar a prática social dos homens como expõe Marx na 2ª tese contra Feuerbach: se o conhecimento é a expressão da experiência prática ele não pode conter mais verdade do que a prática, daí a sua historicidade e ao mesmo tempo a sua universalidade.

Chegamos agora nas diferenças da relação universal/particular que mencionei logo no início do capítulo. Entre uma concepção metafísica do universo onde a verdade está no universal imutável (quer este seja entendido como as essências, quer como os apriori da lógica investigatória) e a concepção histórica onde a verdade está no particular que já é necessariamente o universal por ser o disponível nesse momento, nessa formação social. Fica mais fácil entender agora as colocações de Saviani¹¹³ sobre a universalidade e relatividade de conhecimento: uma coisa é considerar a verdade como histórica e que portanto tal historicidade engloba ou supõe o funcionamento da realidade através de suas leis e regularidades; outra coisa é considerar essas leis de funcionamento da realidade física e social como "universais" portanto fora da história, válidas para todo o tempo e lugar.

¹¹² K. Popper. Conjecturas e refutações. p.251-2.

¹¹³ Demerval S: Competência política e compromisso técnico. p.136-8.

O cientificismo em qualquer de suas correntes faz essa inversão idealista porque baseia-se no princípio de identidade; esse último informa a concepção de verdade do científico; a verdade é a correspondência dogmática, rígida do pensamento com os fatos (note-se que mesmo Popper¹¹⁴ que defende as antecipações que gerariam o problema a ser testado, não partindo do fato imediato, mas preferindo chegar a ele no final do processo, transformando-o imediatamente em conjectura novamente testável - mesmo Popper, para quem no princípio está a teoria, o problema e não o fato que o legitima, mesmo ele recupera a noção de verdade como correspondência com os fatos e declara-se plenamente satisfeito com ela, colocando todas as demais teorias da verdade como lhe sendo rivais por serem subjetivas - a teoria da verdade por correspondência lhe parece absolutamente objetiva).

Marcuse¹¹⁵ resume tudo isso muito bem: "A pura superação dos fatos não distingue o conhecimento dialético da ciência positivista. Esta última, também supera os fatos; ela bora leis, faz previsões, etc. Não obstante, porém, toda a engrenagem do seu proceder, a ciência positivista fica dentro das realidades dadas; o futuro que ela prediz, até mesmo as mudanças de forma que ela propicia, jamais se afastam do dado. A forma e o conteúdo dos conceitos científicos continuam inseparavelmente ligados à ordem de coisas dominantes; tem caráter estático, mesmo quando expressam movimento e mudança. A ciênc

¹¹⁴ K. Popper. Conjecturas... p.250.

¹¹⁵ Herbert Marcuse. Razão e revolução. p.151-2.

cia positivista também lida com conceitos abstratos. Mas estes se originam abstraindo-se das formas particulares e mutáveis das coisas, e fixando seus caractéres comuns e duradouros. O processo de abstração de que resulta o conceito dialético é inteiramente diferente... Aqui, o mutável e o particular são tão importantes quanto o comum e o duradouro".

Vejamos como essas questões se põem na Biblioteca economia.

CAPÍTULO 4

4. A CONSTRUÇÃO DO OBJETO EM BIBLIOTECONOMIA

As bases empíricas da ciência da informação fornecem o início da nossa problematização: o discurso dos cientistas da informação é claro quanto às suas origens kantianas:

"O objetivo principal de qualquer ciência empírica, além de uma mera descrição do fenômeno empírico, é estabelecer, através de leis e teorias, princípios gerais através dos quais o fenômeno pode ser explicado e ser previsto... Aqui adotamos o ponto de vista segundo o qual a ciência da informação é o estudo da natureza da informação tal qual ela se manifesta nos vários fenômenos relacionados com a geração da informação, transmissão, acumulação, armazenamento e processos similares... O problema central da ciência da informação é o estudo da natureza da informação. Contudo, há certa confusão sobre "natureza" tal como é usada nesse contexto. Ciência da informação como uma disciplina empírica não está preocupada com o que a informação é num sentido metafísico ou ontológico (da mesma forma, física e química não estão

preocupados com a questão da experiência do real - se as coisas realmente existem). O objeto de estudo da ciência da informação é o fenômeno através do qual a natureza da informação se revela e ao qual está circunscrito".¹¹⁶

Esbarramos aí nos limites da própria ciência tal qual ela é concebida pela postura clássica da ciência, quer no velho positivismo de Comte ou nas demais correntes já citadas (Marburgo e Viena) para nem falar no pragmatismo americano de Pierce e Dewey: Se em Kant a aparição, a manifestação do fenômeno é todo o domínio possível da razão teórica, para Hegel e Marx essa manifestação será somente o início de um processo uma vez que a manifestação, a revelação é sempre manifestação de algo.

Ora, mas se a essência não se revela sem a apariência, sem a manifestação, sem o fenômeno, isto coloca de imediato a imprescindibilidade do fenômeno pois a essência necessita do seu aparecer que é por onde ela se revela e da mesma forma, o fenômeno é sempre o aparecer de algo. Esse algo é totalmente ignorado no cientificismo em qualquer das correntes se bem que tenham sido o comtismo seguido pelo neo-kantismo as primeiras correntes a sistematizar a eliminação da coisa-em-si. Mas toda a questão ligada aos métodos de pesquisa, a metodologia científica passa por essa estranheza em relação à coisa mesma (aliás, a expressão "metodologia científica" já é expressão de dupla redução: o sujeito que conhece é substitui-

¹¹⁶ Zunde & Gehl. Empirical foundations of... p.67-8.

do pelas regras de conhecer, pelo logos do método e o objeto a conhecer fica reduzido ao fenomenal, ao que aparece, ao positivo que em linguagem fisicalista se adjetiva em "científico").- A concepção de ciência e método científico está, portanto, limitada e circunscrita ao aparecer do real tal qual ele se manifesta nas leis de regularidade do fenômeno, dos objetos, transformando a realidade objetiva em "realidade objetual" na expressão de Karel Kosik, isto é, realidade de objetos.

Mas o fato de denunciarmos o científico como o apenas aparente/manifesto/revelado não nos permite eliminá-lo, pois é ele que nos conduzirá à coisa-em-sí, à essência, ao ânago do ser. Os filósofos da biblioteconomia recebem aqui severa crítica dos cientistas da informação e não sem razão: não tem o menor sentido postular uma metafísica platônica-aristotélica em estado puro aonde a biblioteconomia é proclamada como Forma e Pensamento não tendo nada a ver com a phisis, com o mundo sensível em que vivemos (abstenho-me de comentar os trabalhos de Wright¹¹⁷ porque vivendo no mundo sensível não posso nunca atingir a perfeição das Formas do mundo-além das Idéias platônicas ou das essências aristotélicas; seus trabalhos devem ser guardados na biblioteca do mundo trés de Popper pois o mundo 1, sensível, real e onde vivo é contingente demais para comentar sobre aquela biblioteconomia-além).

¹¹⁷ C.Wright. The wrong way to go, JASIS, 1979, march; The substance of librarianship, Utah Libraries, 19(1); Inquiry in science and librarianship, JLH 13(3).

Por outro lado o mundo sensível não é fixo e estático como ele é apresentado pela Ciência da Informação que como qualquer ciência particular capta apenas a coisa pronta destituída da sua gênese (a noção de processo dos cientistas da informação está assim sempre ligada à noção de progresso, portanto um evoluir não contraditório onde a aparência assume já o estatuto de essência). A Ciência da Informação não pode prescindir de uma filosofia da informação, todavia a filosofia da informação não pode ficar acima da ciência da informação porque aí estariamos na dicotomia kantiana entre razão teórica e razão prática.

Filosofar sobre o comportamento da informação, sua geração e disseminação inclui a captação da regularidade dos fenômenos informacionais em forma de leis e generalização mas quando essas leis são captadas como em-sí, como toda a realidade já estariamos outra vez na abstratividade metafísica porque estariamos ignorando a processualidade do real informacional, onde a informação seria uma entidade, uma substância da qual teríamos que destacar as propriedades.

4.1 Posturas Epistemológicas da Biblioteconomia

Temos então três posições filosóficas bem definidas em Biblioteconomia: a Forma em estado puro que rejeita o mundo sensível com suas regularidades nomológicas (Wright), as regularidades como Formas, isto é, "coisas-em-sí" (deter-me-ei nessa posição que é a posição típica da nova Ciência da Informação) e ainda uma terceira posição intermediária onde a meta-

física das formas se concilia com o mundo-dos-fatos numa demonstração invulgar de miscelânea filosófica, útil para indicar a passagem/permanência da metafísica ao positivismo como evidenciam os trabalho de Nitecki.¹¹⁸

A posição mais difundida, no entanto, é dada pela própria Ciência da Informação ao substancializar o método de conhecer para fazer a ciência da informação onde teríamos duas vias de acesso: o próprio método de conhecer e o resultado do processo de conhecimento: a informação fenomenal que aquele método conheceu. A primeira via foi discutida por Péritz¹¹⁹ numa pesquisa diacrônica dos últimos 25 anos e oferece importantes subsídios para nossa problematização; a segunda via foi brilhantemente encaminha por Gomes¹²⁰ em trabalho recente e permanecerá insuperável ainda por algum tempo. Esses dois trabalhos situam-se em níveis diferentes de objetivação: o primeiro é uma constatação bibliométrica nas revistas de biblioteconomia para dar conta do estilo metodológico dos pesquisadores, cuja maior revelação é a utilização por parte dos bibliotecários e cientistas da informação, do método experimental, também denominado científico. O segundo texto já trabalha o objeto por dentro na forma mesma como ele se expressa no saber bibliotecário: a informação como coisa pronta metafísica

¹¹⁸ Compare "Metaphors of librarianship: a suggestion for a metaphysical model" JLH 14(1) e "An idea of librarianship: an outline for a root-metaphor theory in library science" JLH 16(1) com "Reflections on the nature and limits of library science" JLH 3(2).

¹¹⁹ Bluma Péritz. The methods of library science research... LR, 2,252-68.

¹²⁰ Maria Nélida G. Gomes. A configuração temática da ciência da informação... (dissertação de Mestrado).

mente substancializada como produto, ao invés de processo dando conta daquilo que pareceu-me ser não só o ponto central desse texto mas também o que tomei para compor minha própria questão: a mediação das relações sociais no conjunto texto-sujeito-informação.

Ao recolocar essas questões, pretendo iluminá-las um pouco mais, para o que desenvolvi a teoria social no capítulo 2 e a teoria do conhecimento no capítulo 3, numa linha de complementação, tentativa de explicitar alguns pressupostos já implícitos em Gomes; por exemplo, a metafísica de Aristóteles é útil na compreensão do que seja a informação-prduto, da mesma forma, para admitirmos a processualidade da informação é mister o ideal de conhecimento proposto por Hegel (a questão da gênese do objeto - conhecer o objeto é captá-lo na sua formação, no seu constituir-se, no seu movimento); da mesma forma, a concretude dessa processualidade é impossível sem a teoria do conhecimento de Marx para situar os sujeitos concretos geradores e consumidores de informação.

Assim, ao recolocar algumas questões ali expostas, faço-o mais na tentativa de explicitar pressupostos de onde conseguir avançar na compreensão dos fenômenos informacionais mais do que propriamente em apontar fenômenos novos; nem é novidade a direção com que esses fenômenos serão recolocados porque qualquer análise crítica da ciência da informação levaria à revelação de alguns dos seus maiores impasses.

Uma famosa polêmica na teoria da ciência entre Popper e Kuhn fornece a Gomes o início de uma discussão que

culmina na tese de reificação do conhecimento, premissa na qual a ciência da informação se apoia para a construção do seu próprio objeto. A tese de reificação do conhecimento é de per si muito fértil para qualquer análise crítica da ciência da informação porque ligada a ela estão todos os principais fenômenos estudados pela ciência da informação: frente de pesquisa, colégios invisíveis, padrões de citações bibliográficas, crescimento epidêmico, distribuições hiperbólicas, etc. Retomarei todas essas questões para evidenciar a importância da tese que desenvolvi no capítulo 2, a tese da biblioteconomia social e a aproximação da ciência da informação mais como prática educativa em sentido amplo, do que prática apenas científica e portanto, neutra e desvinculada dos valores humanos.

A polêmica entre Popper e Kuhn¹²¹ e as respectivas noções de falseacionismo ingênuo e paradigma compartilhado é útil para a Ciência da Informação, na medida em que a Ciência da Informação deu algum aporte a Thomas Kuhn especialmente através dos trabalhos de Solla Price, Garfield, Grane e Kessler, corroborando, portanto, com a noção de Kuhn de paradigma compartilhado¹²², uma vez que a Ciência da Informação entendeu ser o seu papel, o de intermediária na geração de conhecimentos: para tanto a Ciência da Informação deveria agilizar a comunicação das comunidades acadêmicas, passando a estudar a estrutura da comunicação científica formal e informal.

¹²¹Popper instaura um novo critério de demarcação científica, o falseacionismo que Kuhn adjetivou de ingênuo: para Popper um juízo é científico se for passível de falseamento: não são os casos confirmadores que interessam à ciência (portanto não é a verificação inducionista que importa) mas o contra-exemplo: o cientista verdadeiro deveria em vez de procurar casos de confirmação procurar condições de teste cada vez mais rigorosos. Fazer ciência para Popper é buscar o falseamento. A noção de paradigma compartilhado introduzida por Kuhn contraria em grande parte o cerne da proposta popperiana porque o paradigma funcionaria como que uma armação de proteção das teorias; as teorias não estariam para Kuhn tão disponíveis ao falseamento necessitando somente da boa vontade do cientista para derrubá-las; ao contrário, elas existiriam mediadas por todo um comportamento consensual da comunidade científica o que inclui situações concretas de cooperação corporativista. Se a ênfase nas condições reais de funcionamento da comunidade científica pareceu à primeira vista mais real e concreta do que o falseacionismo ingênuo de Popper baseado numa "disposição sincera" dos cientistas em refutar teorias, nem por isso a virada para o externalismo representou opção mais democrática: a comunidade científica que o paradigma espelha funciona baseada também nos mesmos pressupostos consensuais da lógica formal, implicita no método científico. A noção de paradigma avançou a discussão ao mesmo tempo que revelou a estrutura de camisa-de-força vigente nas comunidades acadêmicas (se bem que aos olhos de Kuhn essa estrutura é lícita; ele não a está revelando para ir contra ela): o cientista para ser aceito na comunidade tem que proceder às mesmas leituras, aos mesmos temas na típica posição de iniciação científica; quando chega à maturidade o cientista está de tal forma treinado no paradigma que a correção de rumos assume a forma de uma "revolução", portanto de quase impossibilidade.

¹²²Todos esses autores são citados por Kuhn n'A estrutura das revoluções científicas. p.220-22.

O processo de comunicação passou a compor um dos principais núcleos de estudo da Ciência da Informação e foi a novidade que a área informacional apresentava em relação aos processos de registro bibliográfico. Como os principais teóricos dessa nova abordagem são na sua maioria homens das ciências físicas e matemáticas, o fenômeno comunicação foi algo naturalizado e a informação, matéria-prima do processo de comunicação, tornou-se uma substância física dotada de propriedades, das quais a dispersão (e correlativamente o envelhecimento) passou a ser a pedra de toque de todos os fenômenos informacionais.

Solla Price por exemplo, um dos teóricos de maior significância no cenário da Ciência da Informação, associa as suas análises sobre o crescimento da ciência à análise de um gás:

"O método a ser usado é análogo ao da termodinâmica... De acordo com essa metáfora, minha primeira conferência refere-se ao volume da ciência, a segunda à distribuição de suas moléculas, a terceira à maneira pela qual as moléculas interagem entre si e a quarta à derivação das propriedades políticas e sociais desse gás".¹²³

Carregada com esse fisicalismo, a informação passou a ser tratada como um fato e já que o método implícito nessa formulação é o método científico clássico nas ciências naturais, impunha-se uma radical separação entre fato e valor uma

¹²³Derek J. de Solla Price: O desenvolvimento da ciência (prefácio).

vez que, "as premissas no indicativo não tem conclusão lógica no imperativo", isto é, não se pode segundo a máxima de Poincaré, derivar juízos de valor de juízos de fato: para o positivismo, fatos são fatos e valores são valores, donde a justificativa das ciências em captar os fatos positivos, o que só é possível se houver o afastamento do sujeito que conhece do objeto a conhecer; esse afastamento no caso da ciência da informação só foi possível pela aproximação da Ciência da Informação com outras ciências mais estabelecidas onde aquela separação entre fato e valor já se consumou, de modo a garantir o trânsito no mundo dos fatos objetivos: a economia positivista emerge como a mais significativa das contribuições e por essa aproximação a Ciência da Informação se faz sociologia (positivista) do conhecimento.

Ora, que o positivismo é positivo não se há de negar!

Ninguém há de negar a precisão com que Price¹²⁴ apresenta o tamanho da ciência e suas regularidades contudo a regularidade dos processos informacionais expressa na distribuição da informação é histórica e não natural; histórica não no sentido determinista de Price ao explicitar a transição da "littler science" para a "big science" mas no sentido de serem essas regularidades produzidas pelas formas de organização do trabalho social. (Segundo o autor, a ciência corporativista de hoje - big science - não se diferencia da ciência individual.

¹²⁴ Idem.

dos cientistas do passado uma vez que a ciência sempre se desenvolveu exponencialmente - portanto com um nível regular de interação entre os cientistas - desde o século 17. A ciência "grande" seria um ponto a mais na curva do crescimento exponencial - justamente os pontos de declínio, de saturação - após o que a ciência estabilizaria na fase adulta.

O determinismo do autor está nessa abordagem naturalista: do século 17 até agora o crescimento foi acelerado - atravessamos a saturação - virá a estabilidade).

A permanência do crescimento regular da ciência em qualquer dos seus parâmetros (produtividade de periódicos, produtividade de autores, crescimento de universalidade, investimento em pesquisa), bem como a forma igualmente regular de distribuição dessa informação encouraja a Ciência da Informação a encarar esses fenômenos como naturais, aonde a Ciência da Informação teria o papel de identificar os conjuntos mais produtores para facilitar-lhes ainda mais a transferência de conhecimentos: qualquer que seja o conjunto produtor e o conjunto produzido (revistas e artigos, autores e artigos, palavras e textos), se o conjunto produtor for ordenador em ordem decrescente de produtividade, a distribuição é tal que confirma o efeito Mateus nas ciências - uma pequena parte de produtores é responsável pela maior parte produzida.

Assim, para cada área do conhecimento, um pequeno núcleo de revistas absorve quase toda a produtividade de artigos relevantes; um pequeno núcleo de autores é responsável pela alta geração de artigos científicos; um pequeno núcleo de usuários responde pela maior demanda de uso numa biblioteca

e assim por diante, fenômeno econométrico da informação, semelhante à famosa distribuição de renda de Pareto na economia e a tantas distribuições identificadas também em outros fenômenos humanos, como a proporção entre estímulos e respostas na psicologia behaviorista (o crescimento geométrico do estímulo para um crescimento aritmético da resposta), expressões de um determinado tipo de distribuição estatística, a dos rendimentos decrescentes.

É clara a importância dessas descobertas para os sistemas de informação que lidam com o armazenamento e recuperação de documentos e de sua representação; não podendo estoar a totalidade dos documentos esses sistemas muito se beneficiam com a descobertas dessas demandas diferenciadas, privilegiando os conjuntos de maior produção - ninguém pode viver sem os princípios racionais, a ciência da informação fornece agora um princípio para nortear os seus objetivos.

Como toda racionalização visa à praticidade de funcionamento, pareceu à primeira vista que esse pragmatismo que impregnou a Ciência da Informação era o que faltava para que essa atividade se tornasse acadêmica, respeitável, científica, enfim uma ciência das ciências.

Contudo, se o papel da Ciência da Informação for somente o de agilizar os mecanismos elitistas das ciências, qual será o seu papel transformador como prática verdadeiramente social?

Ainda que ignorassemos a divisão social do trabalho, ainda que nos mantivessemos em posição conservadora, pode

riamos admitir como natural que poucas pessoas produzam muito intelectualmente da mesma forma como é natural que poucas pessoas pesem muito acima da média, por exemplo. As leis bibliométricas não parecem assim infringir o bom senso e as leis da natureza ao admitir a existência de distribuições geométricas refletindo o fenômeno da concentração de valor. De fato, essas leis refletem fenômenos percebidos também em outras atividades humanas.¹²⁵

A idéia que se questiona é se o papel da Ciência da Informação deva ser o de influenciar essas concentrações "normais" (ignorando até a divisão do trabalho) tornando essas distribuições mais distantes da distribuição normal. Ao promover os cientistas/autores mais produtivos tirando assim a oportunidade de outros publicarem e serem conhecidos (a grande maioria) estaremos influenciando a tal concentração "natural", tornando-a mais concentrada ainda. Não é por acaso que a famosa lei de distribuição de renda de Pareto é citada como um dos maiores aportes à científicidade da lei do elitismo de Price, onde os mais ricos (análogos aos milionários da ciência) usam a riqueza para se tornarem mais ricos e assim os pobres mais pobres.

O que torna a distribuição de renda nas sociedades capitalistas repugnante é o fato dela promover a desigualdade entre os homens, violando todo e qualquer princípio de justiça.

¹²⁵ Robert A. Faithorne, Empirical hyperbolic distributions...
In: Introduction to... p.521-34.

No caso da concentração da produção e poder intelectual o risco maior ao promovermos um maior elitismo nas ciências reside em tornar as idéias dominantes mais dominantes ainda, separando-as do resto da população de cientistas, repetindo assim as formações de classes análogas às econômicas: o elitismo das ciências não passa de um reflexo do elitismo econômico-social baseado na apropriação privada dos meios de produção.

Alheia aos conteúdos que transmite, a Ciência da Informação acaba por funcionar como entrave ao desenvolvimento social, fazendo uma duplicação do conhecimento existente. Essa é a grande questão para qualquer análise crítica sobre a construção do objeto em biblioteconomia: a informação substância, a informação fato e a reificação do conhecimento são uma mesma tese, a qual necessita da deposição do sujeito, pois quer no modelo epistemológico aristotélico, quer no modelo positivista das ciências, ao sujeito só é dado contemplar o mundo, quer das essências, quer das relações causuais entre os fatos.

A Ciência da Informação, ao duplicar o conhecimento, está numa posição de contemplação das substâncias eternas, fazendo a política do continuismo, atitude transparente num dos principais fenômenos identificados pela ciência da informação: a Frente de pesquisa e associada a ela a questão da obsolescência e vida-médias de literaturas específicas. No plano de fundo está o fenômeno do crescimento exponencial da ciência que Price identifica com vários indicadores; para qualquer dos parâmetros e para qualquer tempo considerado, a mesma regularidade de crescimento.

A frente de pesquisa funciona como ponta de lança na geração de conhecimentos mas exatamente pela sua condição de "front", portanto, de uma tocha que empurra o conhecimento à velocidade-luz cuja propagação assume a forma de uma epidemia incontrolável, a geração do novo conhecimento que a frente proporciona acaba sendo um conhecimento mais confirmando do conhecimento anterior do que propriamente um novo conhecimento, causando aqueles esoterismos já bem conhecidos em quase todas as áreas de ciência. (Diz-se ser aliás a existência dessa frente o que distingue a ciência de outros saberes).

Fica parecendo que o conhecimento atual por estar já na forma de leis hiperbólicas como lei de Bradford, Zipf, Lotka, Price e outras, fosse já o conhecimento verdadeiro para o qual a Ciência da Informação deveria acionar o seu papel de intermediária entre ciência e sociedade, a ponto de em Ziman¹²⁶ e Price¹²⁷ serem derivados novos critérios de demarcação científica: ciência é igual a documentos publicados e cientistas são autores de documentos científicos; documentos científicos são documentos que apresentam em média 15 citações bibliográficas, as quais metade se relaciona aleatoriamente com a literatura de vários anos anteriores enquanto que a outra metade está estreitamente relacionada como uma seleta parte da literatura mais recente (a frente de pesquisa); a velocidade de propagação na frente de pesquisa faz com que a literatura marginal à Frente caia em desuso, donde derivar as vidas-

¹²⁶ John Ziman. Conhecimento público. SP. USP, 1979.

¹²⁷ D.S.Price. Networks of scientific papers. In: Saracevic, T., ed. Introduction... p.56.

-médias de literaturas específicas; (o presente fica sempre e-fêmero demais...).

A citação bibliográfica emerge no contexto com pretensão de corroboração da consciência transcendental: Ziman¹²⁸ deixa claro que ciência é conhecimento público não no sentido de simples publicação de documentos mas porque a publicação de documentos permite atingir a máxima intersubjetividade, a máxi ma transcendência; a publicação de documentos seria um passo a mais na busca do consenso científico iniciado com as "leis da lógica":

"as leis da lógica e todos os postulados que derivam es tritamente delas são parte do 'domínio público' do conhe cimento (p.24) ... 'número e quantidade ... são qualida des bastante públicas e objetivas (p.58) ... a apresenta ção do conhecimento em roupagem matemática, como 'fórmu las', torna-o por conseguinte inteiramente público (p. 60) ... a natureza corporativa e cooperativa da argumen tação científica se torna bastante óbvia pelo uso siste mático nas monografias científicas de consultas e cita ções (p.72)".

Está claro que o documento encarna as mesmas pro priedades reificantes da consciência transcendental.

O "Science Citation Index" possibilitou a nova demarcação científica de Price que, se à primeira vista pode parecer simplismo e ingenuidade, não há dúvidas de que trata -se de desvendar os mecanismos elitistas das ciências, o que

¹²⁸J. Ziman. Op.Cit.

a Ciência da Informação fez com precisão: os colégios invisíveis são uma espécie de auto-correção do crescimento exponencial acelerado e nesse sentido as colocações de Price são precisas: o fômeno "colégios invisíveis" aparece em pontos distintos na curva do crescimento da ciéncia e por razões só aparentemente opostas - no passado do século 17 a comunicação informal entre os pares surge por falta de canais formais; hoje a distribuição de preedição entre os pares parece surgir por excesso de canais formais mas na verdade, relativamente à ciênciia do século 17, a de hoje atravessa na análise do autor, já a fase de saturação, portanto a expressão "explosão bibliográfica". não se coloca como fenômeno específico dos nossos dias. A ciéncia sempre foi explosiva. Como medida de prevenção contra o caos da grande massa de informações, o autor propõe, num tom de alerta, a criação dos super periódicos onde a frente de pesquisa tivesse garantida as suas publicações. Os gênios da Frente de pesquisa estariam assim salvos da massa de informações repetitiva, irrelevante e supérflua. A frente precisa se afirmar como frente numa busca desenfreada do seu próprio elitismo.

Identificar esses mecanismos foi talvez a maior colaboração da Ciéncia da Informação, mas aceitá-los como in-controláveis, corroborando com eles é talvez o seu maior pecado; da leitura de Price sobra um tom fatalista e a idéia

compartilhada por todos os teóricos da área de que é exatamente esse "princípio injusto de total antidemocracia que faz a ciência progredir de forma mais eficiente".¹²⁹

Resta-nos perguntar pelo significado dessa forma mais eficiente e a quem serve esse conhecimento.

Processualizar a informação é antes de mais nada perguntar pela qualidade da informação, que outra vez não pode restringir-se à concepção tradicional de crescimento que Kochen¹³⁰ toma de Popper: o refinamento de teorias capazes de sintetizar conhecimento cumulativo, critérios puramente formais pela ausência da ligação entre conhecimento e interesse. A mediação entre qualidade e quantidade não pode ser resolvida no simplismo da alta correlação entre ambas por ser essa correlação também formal.

Processualizar a informação é recusar o pressuposto positivista de radical separação entre fato e valor dando conta de que todo fato humano é valorado. Valorar a informação é perguntar pelos interesses dos grupos que a geram e consomem. É perguntar pelos "pontos de vista de classe/que/ são relativamente mais verdadeiros que outros".¹³¹ É contrapor consciência transcendental e consciência de classe, retomando a tese da biblioteconomia social, identificando-a mais

¹²⁹ D.S.Price. Some remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon, p.75.

¹³⁰ Manfred Kochen. Stalitity in the growth of knowledge, American Doc. p.49.

¹³¹ Michel Lowy. Método dialético e teoria política. p.30

como prática educativa e menos como prática científica desvinculada dos valores humanos.

4.2 Descobrindo a Autonomia Relativa

Identificar as leis elitistas para ultrapassá-las seja talvez uma postura menos idealista, menos contemplativa. A biblioteca não deve apenas refletir o elitismo das ciências mas promover a socialização do saber. Não deve ser só influenciada pela sociedade mas também influenciar, senão de que vale reconhecer a autonomia relativa das práticas supraestruturais?

É dentro dessa autonomia que ela deve colocar o seu espaço na colaboração para a construção da sociedade humanizada.

Se a educação tem a ver com consenso (e não dissenso), persuasão e não dissuasão, se toda relação pedagógica envolve um projeto hegemônico a fim de convencer e não vencer¹³², o papel político da Ciência da Informação está em ultrapassar a mecânica da transmissão de conhecimentos para quem sabe um dia poder tocar nos conhecimentos mesmos, influenciando sua direção. Tocar nos conhecimentos exige mais do que a análise do fluxo de informações dialetizando a relação difusão-criação.

¹³² formulações de D. Saviani, sobre as relações entre educação e política.
In: Demerval S. Escola e democracia. p.85-95.

Tocar nos conhecimentos mesmos exige mais do que a análise bibliométrica do fluxo de informação. Exige ultrapassar, (não suprimir) a bibliometria, dotando-a do caráter "revelador-dissimulador" do concreto, da vida real. Os conhecimentos não são produzidos exteriormente à situações concretas da sobrevivência dos homens; são produzidos na luta pela sobrevivência - daí a necessidade de serem sempre referidos à base material, às relações de interação dos homens com a natureza, às relações de produção. Nessa interação dos homens com a natureza estabelecem-se relações dos homens entre si (daí não ser possível pensar os homens isoladamente) relações essas norteadas pela apropriação dos meios de produção: os que possuem os meios de trabalho (posse que também é histórica, produzida) acabam por deter também a concepção, o know-how, a parte subjetiva do trabalho (daí ser a divisão trabalho manual/trabalho intelectual também histórica, também produzida, isto é, não-natural).

A difusão de informação necessita ser entendida como um momento da criação. E é aqui que o bibliotecário-cientista de informação precisa se posicionar entendendo que os homens disputam a posse dos meios de produção e portanto disputam a posse dos conhecimentos sobre os meios de produção. Ou se está a favor da propriedade privada com a consequente concentração de valor por parte de alguns em detrimento da maioria despossuída ou se está a favor da posse comunal onde todos possuem equilibradamente sem o risco da concentração de posse.

A excessiva concentração da produção intelectual já é resultado da contradição básica da sociedade baseada na

apropriação dos meios de produção. Quando Solla Price define a sua reflexão sobre o desenvolvimento da ciência como "uma análise histórica, filosófica e econômica", ele está se servindo de uma concepção estática da história, que a partir de Hegel e Marx já não é mais possível a não ser para o pensamento extremamente conservador e reacionário, pois a história não é repertoriar os acontecimentos no âmbito restrito da relação causal, numa atitude de contemplação face a eles, mas compreender o seu acontecer para vislumbrar o seu vir-a-ser. "Ora, ser idealista em educação significa justamente agir como se esse tipo de sociedade já fosse realidade. Ser realista, inversamente, significa reconhecê-la como um ideal que buscamos atingir".¹³³

A passagem da técnica para as tecnologias que caracterizou a velha Biblioteconomia com a Ciência da Informação não saiu do domínio tecnicista porque o cientista da informação apenas atualizou o seu fazer do ponto de vista formal. Atualizaram-se as formas de transmissão e recuperação mas elas vieram (agora conscientemente) destituidas do aspecto político.

A Ciência da Informação terminou por operar a rígida separação entre forma e conteúdo. Recuperar essa unidade é recuperar o compromisso político da sua competência técnica.

¹³³ Demerval Saviani. Escola e democracia. p.91.

BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, N. História da filosofia. v.13, 2^a ed. Lisboa, Editorial Presença, 1979.

AMORIM, M.J.T. Em busca da teoria. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 10., Curitiba, 22-27 julho de 1979. Anais. Curitiba, 1979. v.3. p.914-23.

ANDRADE, A.M.C. et alii. Algumas considerações acerca da situação epistemológicas da biblioteconomia. Rev.Esc.Bibliotecon.UFMG, Belo Horizonte, 10(2):143-62, set., 1981. X

ARAÚJO, E.E.S. Revocação (recall) e presição (precision) no SDI/CIN/CNEN. Ci.Inf. 8(1):47-50, 1979.

ASHEIM, L. Librarians as professions. Library Trends. 1978. p.225-57.

BACHELARD, G. O novo espírito científico. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p.91-179, (Os pensadores).

BELKIN, N.J. Information concets for information science. J.Doc., 34(1): 55-85, 1978.

BERAQUET, V.S.M. The development and significance of the core curriculum in archives, library and information studies. Loughborough Univ. 1981. (Tese de doutoramento).

BUTLER, P. An introduction to library science. Chicago, University Chicago, c/1933. 118p.

_____. Librarianship as a profession. The Library Quarterly, 21(4): 235-47, oct., 1951.

DEMO, P. Metodologia científica em ciência sociais. São Paulo, Atlas, 1980. 255p.

FAIRTHORNE, R.A. Empirical hyperbolic distributions. In: Saracevic, T. ed. Introduction to information science. New York, R.R. Bowker Co., 1970. p.521-34.

FARINAS, V.H.P. Sobre biblioteconomia. Rev.Bibliotecon.Brasília, 1(2): 141-4, jul/dez., 1973.

GARAUDY, R. Para conhecer o pensamento de Hegel. Porto Alegre, L. & PM, 1983. 208p.

GOFFMAN, W. Information science: discipline or disappearance? ASLIB PROC., 22(12):590-91, 1970.

GOLDMAN, L. Origem da dialética; a comunidade humana e o universo em Kant. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967. 254p.

GOMES, H.E. Ciência da informação ou informática. Rio de Janeiro, Calunga, 1980.

GOMES, M.N.G. A configuração temática da ciência da informação no currículo dos cursos do IBICT. 1982. 172p. (Dissertação de mestrado).

GOMES, Sonia de C. Bibliotecas e sociedade na primeira república. São Paulo, Pioneira, Brasília, INL, 1983. 90p.

GRAMSCI, A. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

_____. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 4^a ed. 1982. 244p.

HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

HARNECKER, M. Os conceitos elementares do materialismo histórico. São Paulo, Global, 2^a ed. 1983. 296p.

HEGEL, G.W.F. Fenomenologia do espírito. São Paulo, Abril Cultural, 1980.
(Os pensadores).

KAPLAN, A. The age of the symbol. Library Quarterly, 34, oct, 1964:
295-304.

KOCHEN, M. Stability in the growth of knowledge. In: Saracevic, T. ed.
Introduction to information science. New York, R.R. Bowker Co. 1970.
p.44-55.

KUHN, T. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo, Perspectiva,
1978.

LAKATOS, I. & MUSGRAVE, A., org. A crítica e o desenvolvimento do conhecimento. São Paulo, Cultrix, 1979. 343p.

LOWY, M. Método dialético e teoria política. Rio de Janeiro, Paz e Terra,
1978.

LUKÁCS, G. História e consciência de classe. Porto Alegre, Escorpião,
1974. 378p.

MARCUSE, H. Razão e revolução. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 412p.

MARX, K. O capital, livro 1, v.1. São Paulo, Difel, 7^a ed., 1982. 579p.

_____. A ideologia alemã I. Portugal, Editorial Presença, s.d.

_____. Para a crítica da economia política. São Paulo, Abril Cultural,
1978. (Os pensadores).

MELLO, G.N. Magistério de 1º grau; da competência técnica ao compromisso
político. São Paulo, Cortez, 3^a ed., 1982. 151p.

MUELLER, S. Bibliotecas e sociedade: evolução da interpretação de função e
papéis da biblioteca. Rev.Esc.Bibliotecon.UFMG, Belo Horizonte, 13(1):
7-54, mar., 1984.

NITECKI, J.Z. An idea of librarianship: an outline for a root-metaphor theory in library science. J.Libr.Hist., 16(1):106-20, winter, 1981.

_____. Metaphors os librarianship: a suggestion for a metaphysical model. J.Libr.Hist., 14(1):21-42, 1979.

_____. Reflections on the nature and limits od library science. L.Libr.Hist., 3(2):103-19, 1968.

PÉRITZ, B. The methods of library science: some results from a bibliometric survey. Library Research, 2: 251-58, 1980-81.

PINTO, A.V. Ciência e existênciā. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
537p.

POULANTZAS, N. As classes sociais no capitalismo de hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 2^a ed., 1978. 368p.

POPPER, K. Conjecturas e refutações. Brasília, Ed. Univ. Brasília, 1972.

_____. A lógica da pesquisa científica. São Paulo, Abril Cultural, 1980. p.3-124. (Os pensadores).

PRICE, D.S. Collaboration in an invisible college. In: Saracevic, T. ed. Introduction to information science. New York, R.R. Bowker, Co. 1970. p.101-7.

_____. Networks of scientific papers. In: Saracevic, T. ed. Introduction information science. New York, R.R. Bowker, Co. 1970. p.56-64.

PRICE, D.J.S. O desenvolvimento da ciência; análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. 96p.

_____. Some remarks on elitism in information and the invisible college phenomenon. JASIS, march-april, 1971: 74-5.

RANCIÈRE, J. Sobre a teoria da ideologia; a política de Althusser.

Porto, Portucalense editora, 1971.

RAWSKI, C.H. Introduction. In: Rawski, C.H. ed. Toward a theory of librarianship. New York, Scarecrow Press, 1973. p.41-53.

RIBEIRO, M.L.S. A formação política do professor de 19 e 29 graus.

São Paulo, Cortez, 1984. 280p.

SARACEVIC, T. Educação em ciência da informação na década de 1980.

Ci.Inf. Rio de Janeiro, 7(1):3-12, 1978.

_____. Integration education in librarianship and information science.

Ci.Inf., 8(1):59-66, 1979.

_____. ed. Introduction to information science. New York, R.R.Bowker Co. 1970. páginas prefaciais: xii - xxvi.

SARACEVIC, T. & REES, A.M. The impact of information science on library practice. LJ, nov., 1, 1968: p.4097-4101.

SAVIANI, D. Competência política e compromisso técnico. Educação e Sociedade, 5(15): 111-43, 1983.

_____. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo. Cortez, 1982.

_____. Escola e democracia. São Paulo, Cortez, 1983. 96p. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, 5).

_____. Tendências e correntes da educação brasileira. In: Mendes, D.T. coord. Filosofia da educação brasileira. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1983. p.19-45.

SHERA, J.H. Sobre biblioteconomia, documentação e ciência da informação. In: Gomes, H.E. Ciência da informação ou informática? Rio de Janeiro, Calunga, 1980. p.91-105.



SHERA, J.H. Toward a theory of librarianship and information science.
Ci.Inf., 2(2):87-97, 1973.

TARAPANOFF, K. Biblioteca integrada e sociedade: referencial teórico.
Ci.Inf., 13(1):3-9, jan/jun., 1984.

VASQUEZ, A.S. Filosofia da praxis. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
2^a ed. 454p.

VICKERY, B.C. The nature of information science. In: Rawski, C.H. ed.
Toward a theory of librarianship. New York, Scarecrow Press, 1973.
p.147-151.

VIEIRA, A.S. Repensando a biblioteconomia. Ci.Inf., Brasília, 12(2):81-5,
jul/dez., 1983.

ZAHER, C. Da documentação à informática. In: Silva, B. ed., Rio de Janeiro,
Fundação Getúlio Vargas, 1974. p.49-64.

ZIMAN, J. Conhecimento público. São Paulo, USP., 1979.

ZUNDE, P. & GEHL, J. Empirical foundations of information science.
In: Williams, M.E. ed. Annual review of information science and
technology, volume 14. New York, Knowledge Industry for American
Society for Information Science, 1979. p.67-92.

WERSIG, Gernot. Informationssoziologie; hinweise zu einem
informationswissenschaftlichen teilbereich. Frankfurt, Verlag, 1973.
193p.

WRIGHT, H.C. Inquiry in science and librarianship. J.Libr.Hist., 13(3):
250-63. 1978.

_____. The substance of librarianship. J.Utah Lis.Ass., 19(1) spring,
1976.

_____. The wrong way to go. JASIS: 67-76, march, 1979.